

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	17
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	18
Demonstração do Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	62
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	65
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	67
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	69

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	49.192
Preferenciais	0
Total	49.192
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	2.215.280	2.278.195
1.01	Ativo Circulante	99.951	80.943
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.303	5.931
1.01.01.01	Caixa e Bancos	77	329
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	9.226	5.602
1.01.03	Contas a Receber	21.141	17.775
1.01.03.01	Clientes	21.141	17.775
1.01.04	Estoques	35.913	36.543
1.01.04.01	Estoques de Imóveis a Comercializar	35.913	36.543
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.321	11.334
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	12.321	11.334
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.273	9.360
1.01.08.03	Outros	21.273	9.360
1.01.08.03.06	Contrato de Mútuo	2.855	2.723
1.01.08.03.07	Outros Ativos	18.418	6.637
1.02	Ativo Não Circulante	2.115.329	2.197.252
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.569	23.167
1.02.01.03	Contas a Receber	7.918	6.986
1.02.01.03.01	Clientes	7.918	6.986
1.02.01.04	Estoques	3.651	3.651
1.02.01.04.01	Estoques de Imóveis a Comercializar	3.651	3.651
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	0	12.530
1.02.01.09.03	Contas Correntes com Parceiros nos Empreendimentos	0	12.530
1.02.02	Investimentos	2.072.078	2.140.807
1.02.02.01	Participações Societárias	2.072.078	2.140.807
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	6.878	6.835
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.000.169	2.068.870
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	65.031	65.102
1.02.03	Imobilizado	1.941	1.818
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.941	1.818
1.02.04	Intangível	29.741	31.460
1.02.04.01	Intangíveis	29.741	31.460

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	2.215.280	2.278.195
2.01	Passivo Circulante	4.253.836	3.207.235
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.272	861
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.272	861
2.01.02	Fornecedores	24.278	22.952
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	24.278	22.952
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.994	1.301
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.994	1.301
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias Diferidas	1.069	543
2.01.03.01.05	Tributos parcelados	3.519	284
2.01.03.01.06	Demais obrigações correntes	406	474
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.120.429	1.591.755
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	437.568	45.398
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	437.568	45.398
2.01.04.02	Debêntures	1.682.861	1.546.357
2.01.05	Outras Obrigações	2.087.058	1.557.532
2.01.05.02	Outros	2.087.058	1.557.532
2.01.05.02.04	Obrigações por Aquisição de Imóveis	5.391	4.517
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	34	34
2.01.05.02.09	Outros Passivos	17.680	10.606
2.01.05.02.10	Obrigações por Emissão de CCB/CCI	2.063.953	1.542.375
2.01.06	Provisões	15.805	32.834
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.705	32.736
2.01.06.01.05	Provisão para contingências	15.705	32.736
2.01.06.02	Outras Provisões	100	98
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	100	98
2.02	Passivo Não Circulante	1.609.353	2.443.161
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	420.010
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	385.401
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	385.401
2.02.01.02	Debêntures	0	34.609
2.02.02	Outras Obrigações	1.575.230	1.980.217
2.02.02.02	Outros	1.575.230	1.980.217
2.02.02.02.08	Contas Correntes com Parceiros nos Empreendimentos	137.901	116.549
2.02.02.02.09	Obrigações por Emissão de CCB/ CCI	0	499.595
2.02.02.02.10	Tributos Parcelados	3.225	0
2.02.02.02.15	Outros Passivos	1.434.104	1.364.073
2.02.04	Provisões	34.123	42.934
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	33.597	42.487
2.02.04.01.09	Provisão para contingências	33.597	42.487
2.02.04.02	Outras Provisões	526	447
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	526	447
2.03	Patrimônio Líquido	-3.647.909	-3.372.201
2.03.01	Capital Social Realizado	4.917.843	4.917.843
2.03.02	Reservas de Capital	1.236.718	1.236.706
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	1.206.746	1.206.746

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.02.04	Opções Outorgadas	29.972	29.960
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-9.802.470	-9.526.750

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	209	494
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.040	-874
3.03	Resultado Bruto	-3.831	-380
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-170.375	-241.276
3.04.01	Despesas com Vendas	-74	-690
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.377	-14.138
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	802
3.04.04.02	Outras	0	802
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-9.230	-11.783
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-17.366	-174
3.04.05.02	Depreciações/Amortizações	-2.191	-4.110
3.04.05.04	Perdas em participações societárias	0	-3.846
3.04.05.05	Outras	10.327	-3.653
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-138.694	-215.467
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-174.206	-241.656
3.06	Resultado Financeiro	-125.193	-168.569
3.06.01	Receitas Financeiras	880	3.771
3.06.02	Despesas Financeiras	-126.073	-172.340
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-299.399	-410.225
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	23.679	-252
3.08.01	Corrente	23.889	-252
3.08.02	Diferido	-210	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-275.720	-410.477
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-275.720	-410.477
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-5,60498	-8,34422
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-5,60498	-8,34422

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-275.720	-410.477
4.03	Resultado Abrangente do Período	-275.720	-410.477

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-14.162	41.200
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-62.907	-22.040
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-299.399	-410.225
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	2.191	4.110
6.01.01.03	Ganhos/Perdas de Capital em Controladas	0	3.846
6.01.01.05	Despesas Financ. Juros Passivos e Variação Monetária	120.403	163.298
6.01.01.07	Apropriação de Despesas com Stand	0	11
6.01.01.08	Despesas com Stock Option	12	375
6.01.01.09	Amortização do ágio de mais valia	0	207
6.01.01.11	Equivalência Patrimonial	138.694	215.467
6.01.01.13	Provisão para Garantia e Contingências	-25.756	866
6.01.01.14	Outros	836	0
6.01.01.15	Provisão para participação nos resultados	960	0
6.01.01.16	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-848	5
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	56.820	140.755
6.01.02.01	Operação de Cessão de Direitos Creditórios	0	1.444
6.01.02.02	Contrato de Mútuo a Receber	-132	-1.220
6.01.02.03	Contas a Receber	-3.450	36.282
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-987	0
6.01.02.06	Estoque de Imóveis a Comercializar	511	660
6.01.02.08	Conta Corrente com Parceiros em Empreendimentos	33.882	0
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes	0	-41
6.01.02.14	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	31.426	3.135
6.01.02.15	Fornecedores	1.326	280
6.01.02.18	Outras Movimentações	-5.756	100.215
6.01.03	Outros	-8.075	-77.515
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social	-418	-80
6.01.03.02	Juros pagos sobre empréstimos	-7.657	-77.435
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-367	105.682
6.02.01	Aumento (Redução) de Part. em Coligadas e Controladas	0	2.568
6.02.03	Intangível	-140	-1.970
6.02.04	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	105.284
6.02.08	Aquisição de Imobilizado	-227	-200
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	17.901	-150.472
6.03.01	Captações de empréstimos	48.000	30.000
6.03.02	Amortizações de empréstimos	-30.099	-180.472
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.372	-3.590
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.931	17.488
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.303	13.898

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.917.843	1.236.706	0	-9.526.750	0	-3.372.201
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.917.843	1.236.706	0	-9.526.750	0	-3.372.201
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	12	0	0	0	12
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	12	0	0	0	12
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-275.720	0	-275.720
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-275.720	0	-275.720
5.07	Saldos Finais	4.917.843	1.236.718	0	-9.802.470	0	-3.647.909

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.917.843	1.235.345	0	-4.218.933	0	1.934.255
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.917.843	1.235.345	0	-4.218.933	0	1.934.255
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	375	0	0	0	375
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	375	0	0	0	375
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-410.477	0	-410.477
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-410.477	0	-410.477
5.07	Saldos Finais	4.917.843	1.235.720	0	-4.629.410	0	1.524.153

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	703	1.147
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	703	-1.164
7.01.02	Outras Receitas	0	2.311
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.581	-13.544
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.040	-874
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.868	-5.973
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-3.846
7.02.04	Outros	10.327	-2.851
7.03	Valor Adicionado Bruto	-11.878	-12.397
7.04	Retenções	-2.191	-4.110
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.191	-4.110
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-14.069	-16.507
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-137.814	-211.696
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-138.694	-215.467
7.06.02	Receitas Financeiras	880	3.771
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-151.883	-228.203
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-151.883	-228.203
7.08.01	Pessoal	3.112	7.061
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.951	6.444
7.08.01.02	Benefícios	54	122
7.08.01.03	F.G.T.S.	107	495
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-5.350	2.805
7.08.02.01	Federais	-5.350	2.777
7.08.02.03	Municipais	0	28
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	126.075	172.408
7.08.03.01	Juros	124.718	169.895
7.08.03.02	Aluguéis	2	68
7.08.03.03	Outras	1.355	2.445
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-275.720	-410.477
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-275.720	-410.477

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	4.447.592	4.651.014
1.01	Ativo Circulante	2.743.719	2.704.206
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	173.303	200.973
1.01.01.01	Caixa e Bancos	40.482	49.482
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	132.821	151.491
1.01.02	Aplicações Financeiras	43.760	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	43.760	0
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	43.760	0
1.01.03	Contas a Receber	1.215.128	1.249.963
1.01.03.01	Clientes	1.215.128	1.249.963
1.01.04	Estoques	1.217.988	1.166.612
1.01.04.01	Estoque de Imóveis a Comercializar	1.217.988	1.166.612
1.01.06	Tributos a Recuperar	43.722	44.117
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	43.722	44.117
1.01.07	Despesas Antecipadas	10.812	7.763
1.01.07.01	Despesas a Apropriar	10.812	7.763
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	39.006	34.778
1.01.08.03	Outros	39.006	34.778
1.01.08.03.06	Contrato de Mútuo	25.061	24.564
1.01.08.03.08	Impostos Diferidos	13.945	10.214
1.02	Ativo Não Circulante	1.703.873	1.946.808
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.525.880	1.762.472
1.02.01.03	Contas a Receber	501.740	772.702
1.02.01.03.01	Clientes	501.740	772.702
1.02.01.04	Estoques	702.795	706.102
1.02.01.04.01	Estoques de Imóveis a Comercializar	702.795	706.102
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	321.345	283.668
1.02.01.09.03	Contas Correntes c/ Parceiros nos Empreendimentos	77.216	60.165
1.02.01.09.10	Outros Créditos	244.129	223.503
1.02.02	Investimentos	48.872	49.012
1.02.02.01	Participações Societárias	48.872	49.012
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	48.872	49.012
1.02.03	Imobilizado	26.104	27.640
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	26.104	27.640
1.02.04	Intangível	103.017	107.684
1.02.04.01	Intangíveis	103.017	107.684

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	4.447.592	4.651.014
2.01	Passivo Circulante	6.705.532	5.807.432
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	44.960	44.798
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	44.960	44.798
2.01.02	Fornecedores	294.726	251.319
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	294.726	251.319
2.01.03	Obrigações Fiscais	289.140	283.804
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	289.140	283.804
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	100.562	97.562
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias Diferidas	39.452	45.483
2.01.03.01.05	Tributos Parcelados	6.353	4.198
2.01.03.01.06	Demais obrigações correntes	142.773	136.561
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.971.630	2.559.948
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.288.769	1.013.591
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.288.769	1.013.591
2.01.04.02	Debêntures	1.682.861	1.546.357
2.01.05	Outras Obrigações	2.715.598	2.278.978
2.01.05.02	Outros	2.715.598	2.278.978
2.01.05.02.04	Obrigações por Aquisição de Imóveis	68.852	85.825
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	145.192	188.928
2.01.05.02.06	Conta Corrente com Parceiros nos Empreendimentos	5.747	5.798
2.01.05.02.07	Coobrigação na Cessão de Recebíveis	21.927	24.411
2.01.05.02.09	Outros Passivos	154.630	162.472
2.01.05.02.10	Obrigações por Emissão de CCB/CCI	2.314.405	1.811.544
2.01.05.02.11	Contrato de Mútuo	4.845	0
2.01.06	Provisões	389.478	388.585
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	338.256	336.757
2.01.06.01.05	Provisão para Contingências	338.256	336.757
2.01.06.02	Outras Provisões	51.222	51.828
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	51.222	51.828
2.02	Passivo Não Circulante	1.411.661	2.258.084
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	422.180
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	387.571
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	387.571
2.02.01.02	Debêntures	0	34.609
2.02.02	Outras Obrigações	688.992	1.115.481
2.02.02.02	Outros	688.992	1.115.481
2.02.02.02.03	Adiantamento de Clientes	90.554	72.368
2.02.02.02.04	Obrigações por Aquisição de Imóveis	59.557	34.701
2.02.02.02.05	Obrigações Tributárias Diferidas	70.940	44.919
2.02.02.02.08	Contas Correntes com Parceiros nos Empreendimentos	143.257	131.615
2.02.02.02.09	Obrigações por Emissão de CCB/ CCI	0	501.040
2.02.02.02.10	Tributos Parcelados	27.368	24.667
2.02.02.02.14	Provisão com Garantia	48.716	50.890
2.02.02.02.15	Outros Passivos	248.600	255.281
2.02.04	Provisões	722.669	720.423

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	722.669	720.423
2.02.04.01.09	Provisão para Contingências	722.669	720.423
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-3.669.601	-3.414.502
2.03.01	Capital Social Realizado	4.917.843	4.917.843
2.03.02	Reservas de Capital	1.236.718	1.236.706
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	1.206.746	1.206.746
2.03.02.04	Opções Outorgadas	29.972	29.960
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-9.802.470	-9.526.750
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-21.692	-42.301

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	118.016	139.786
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-115.956	-155.784
3.03	Resultado Bruto	2.060	-15.998
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-100.124	-188.816
3.04.01	Despesas com Vendas	-7.918	-24.471
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-46.078	-54.784
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	13.126
3.04.04.02	Outras	0	13.126
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-46.148	-122.873
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-8.497	-1.830
3.04.05.03	Depreciações/Amortizações	-6.646	-21.910
3.04.05.04	Perdas em participações societárias	-5.428	-14.814
3.04.05.05	Outras	-25.577	-84.319
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	20	186
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-98.064	-204.814
3.06	Resultado Financeiro	-175.137	-190.476
3.06.01	Receitas Financeiras	-1.695	41.382
3.06.02	Despesas Financeiras	-173.442	-231.858
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-273.201	-395.290
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.432	-15.250
3.08.01	Corrente	18.261	-22.599
3.08.02	Diferido	-16.829	7.349
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-271.769	-410.540
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-271.769	-410.540
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-275.720	-410.477
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.951	-63
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-5,60498	-8,34439
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-5,60498	-8,34439

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-271.769	-410.540
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-271.769	-410.540
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-275.720	-410.477
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.951	-63

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	130.487	204.690
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-113.858	-81.137
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-273.201	-395.290
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	6.646	21.910
6.01.01.03	Ganhos/Perdas em Controladas	-5.428	14.814
6.01.01.05	Despesas Financeiras, Juros passivos e Var. Monetária	147.776	215.716
6.01.01.07	Apropriação de Despesas com stand	707	2.046
6.01.01.08	Despesas com Stock Option	12	375
6.01.01.10	Baixa por impairment sobre ágio, juros e estoque de imóveis	5.608	0
6.01.01.11	Equivalência Patrimonial	-20	-186
6.01.01.12	Ajuste a Valor Presente	-1.155	9.886
6.01.01.13	Provisão para Garantia e Contingências	3.794	42.474
6.01.01.14	Outros	-24.307	0
6.01.01.15	Provisão para participação nos resultados	0	5.005
6.01.01.16	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	25.710	2.113
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	272.833	411.155
6.01.02.02	Contrato de Mútuo a receber	4.348	2.112
6.01.02.03	Contas a Receber	224.462	413.026
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	534	449
6.01.02.06	Estoque de Imóveis a Comercializar	-9.387	79.855
6.01.02.08	Despesas a Apropriar	-4.228	101
6.01.02.09	Conta Corrente com Parceiros nos Empreendimentos	-5.460	-17.282
6.01.02.13	Adiantamento de Clientes	9.488	-3.892
6.01.02.14	Obrigações por Aquisição de Imóveis	7.883	-25.768
6.01.02.16	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	42.555	-681
6.01.02.17	Fornecedores	43.407	2.496
6.01.02.20	Outras Movimentações	-40.769	-39.261
6.01.03	Outros	-28.488	-125.328
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social	-10.196	-27.335
6.01.03.02	Juros pagos	-18.292	-97.993
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-39.057	20.395
6.02.01	Aumento (Redução) de Part. em Coligadas e Controladas	5.000	4.742
6.02.03	Intangível	-140	-1.970
6.02.06	Aplicações financeiras	-43.760	0
6.02.07	Propriedade para Investimentos	0	17.649
6.02.08	Aquisições de Imobilizado	-157	-285
6.02.09	Venda de Imobilizado	0	259
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-119.100	-456.639
6.03.01	Captações de empréstimos	55.535	38.994
6.03.02	Amortizações de empréstimos	-174.635	-495.633
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-27.670	-231.554
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	200.973	604.093
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	173.303	372.539

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.917.843	1.236.706	0	-9.526.750	0	-3.372.201	-42.301	-3.414.502
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.917.843	1.236.706	0	-9.526.750	0	-3.372.201	-42.301	-3.414.502
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	12	0	0	0	12	16.658	16.670
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	12	0	0	0	12	0	12
5.04.08	Movimentação líquida de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	16.658	16.658
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-275.720	0	-275.720	3.951	-271.769
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-275.720	0	-275.720	3.951	-271.769
5.07	Saldos Finais	4.917.843	1.236.718	0	-9.802.470	0	-3.647.909	-21.692	-3.669.601

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.917.843	1.235.345	0	-4.218.933	0	1.934.255	450.310	2.384.565
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.917.843	1.235.345	0	-4.218.933	0	1.934.255	450.310	2.384.565
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	375	0	0	0	375	-35.482	-35.107
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	375	0	0	0	375	0	375
5.04.08	Movimentação líquida de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-35.482	-35.482
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-410.477	0	-410.477	-63	-410.540
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-410.477	0	-410.477	-63	-410.540
5.07	Saldos Finais	4.917.843	1.235.720	0	-4.629.410	0	1.524.153	414.765	1.938.918

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	123.093	148.529
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	120.781	118.476
7.01.02	Outras Receitas	2.312	30.053
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-179.411	-276.865
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-115.956	-155.784
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-32.450	-35.074
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-5.428	-14.814
7.02.04	Outros	-25.577	-71.193
7.03	Valor Adicionado Bruto	-56.318	-128.336
7.04	Retenções	-6.646	-21.910
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.646	-21.910
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-62.964	-150.246
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-1.675	41.568
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	20	186
7.06.02	Receitas Financeiras	-1.695	41.382
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-64.639	-108.678
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-64.639	-108.678
7.08.01	Pessoal	16.882	29.800
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.762	25.381
7.08.01.02	Benefícios	1.481	2.468
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.639	1.951
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	15.254	36.810
7.08.02.01	Federais	15.285	29.323
7.08.02.03	Municipais	-31	7.487
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	174.994	235.252
7.08.03.01	Juros	149.099	219.928
7.08.03.02	Aluguéis	1.552	3.394
7.08.03.03	Outras	24.343	11.930
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-271.769	-410.540
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-275.720	-410.477
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	3.951	-63

Mensagem da Administração

- Recuperação Judicial

No primeiro trimestre de 2017, a PDG deu um passo muito importante em seu processo de reestruturação, ajuizando em 22/02 seu pedido de Recuperação Judicial. Os principais objetivos do ajuizamento foram: (i) continuar avançando no processo de reestruturação, de forma organizada e com prazos e procedimentos pré-definidos, em conjunto com todos os envolvidos no processo de reestruturação; (ii) buscar a manutenção da normalidade operacional das atividades da Companhia; (iii) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia.

Outro importante passo dado neste primeiro trimestre, envolvendo a Recuperação Judicial, foi o deferimento do Pedido de Recuperação, ocorrido no dia 02/03/2017.

Entre as principais providências determinadas estão:

- (i) a nomeação da PricewaterhouseCoopers Assessoria Empresarial Ltda. como Administrador Judicial;
- (ii) a suspensão das ações e execuções atualmente em curso contra a PDG, pelo prazo de 180 dias;
- (iii) a expedição de edital, nos termos do artigo 52, § 1º da LRF, com prazo de 30 dias, para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito do Processo de Recuperação Judicial;
- (iv) a apresentação do Plano de Recuperação Judicial do Grupo PDG no prazo de 60 dias úteis.

O ajuizamento e o deferimento do Pedido de Recuperação representam avanços essenciais na continuidade do processo de reestruturação. Desta forma, a Companhia, em conjunto com seus assessores, têm empregado grandes esforços na concepção do Plano de Recuperação, fundamental para o reequilíbrio da empresa e sua continuidade, que deverá ser apresentado no início do mês de junho.

- Resultados Operacionais

Além da elaboração do Plano de Recuperação, a administração da Companhia continua empreendendo esforços na redução das despesas comerciais e administrativas, na priorização da entrada e preservação de caixa, seja por meio do descruzamento de parcerias, seja por venda de SPE, e na contínua desalavancagem.

Neste trimestre, as vendas brutas continuaram sofrendo impacto em função do momento econômico restritivo, além da demanda do setor ainda desaquecida. Outro fator que afetou diretamente as vendas da Companhia decorreu da reestruturação dos processos de vendas, necessária após pedido de Recuperação Judicial. Desta forma, o período de implementação e adaptação aos novos processos afetou diretamente os fluxos de vendas durante o primeiro trimestre, situação que não será observada durante o segundo trimestre do ano.

Considerando os fatores mencionados acima, as vendas brutas somaram R\$81 milhões no 1T17, 80% abaixo do 1T16 e 76% abaixo do valor registrado no 4T16.

Comentário do Desempenho

Durante o 1T17, o valor distratado foi de R\$141 milhões, 54% menor que o valor registrado no 1T16, e 18% inferior ao montante observado no 4T16. Durante o ano, buscaremos priorizar a realização dos distratos de unidades com boa liquidez e livre de ônus, sendo portanto, geradoras de caixa imediato no momento da revenda.

Decorrente do baixo volume de vendas brutas registrado durante o 1T17, as vendas líquidas no período foram negativas em R\$60 milhões.

Mesmo diante de uma forte restrição de caixa e de crédito à produção, a Companhia continua mantendo o esforço para entregar seus projetos em andamento, procurando minimizar o impacto para seus clientes. Assim, durante o 1T17, foram entregues 3 projetos, com um total de 661 unidades e aproximadamente R\$170 milhões em VGV (%PDG). Desta forma, iniciamos o 2T17 com apenas 21 projetos em andamento.

Ainda neste trimestre, realizamos a venda dos Projetos Dom Condominium e Dom Offices, reduzindo o custo a incorrer em R\$127 milhões, além da redução de R\$52,7 milhões na dívida à produção.

Foram repassadas 783 unidades durante o trimestre, que correspondem um VGV de R\$133 milhões.

As despesas gerais e administrativas sofreram redução de 16% em relação ao 1T16, em linha com o objetivo da Companhia de readequar sua estrutura de operação. Desta forma, houve redução de 54% no headcount entre o 1T16 e 1T17, onde encerramos o período com 603 colaboradores.

As despesas comerciais foram reduzidas em 68% na comparação entre 1T16 e o 1T17. Essa diminuição se deve, principalmente, a não realização de lançamentos e de campanhas de vendas durante o período analisado.

A Companhia segue reduzindo o risco de execução de seus projetos. Desde o final de 2012, o custo a incorrer total, que era de R\$7,1 bilhões, registrou queda de 90%. Entre o 1T16 e o 1T17 o custo a incorrer registrou uma pequena queda de 5%, em função do ritmo mais reduzido das obras, fruto da restrição de caixa que enfrentamos atualmente.

O saldo de financiamento à produção (SFH) segue reduzindo recorrentemente, como resultado da entrega e repasse dos empreendimentos, descruzamento de parcerias e venda de alguns projetos. Durante o 1T17, conseguimos reduzir o saldo total da dívida SFH em R\$120 milhões (12%), e em R\$538 milhões (39%) nos últimos 12 meses.

Considerando a alavancagem estendida, que inclui a dívida líquida mais o custo a incorrer, conseguimos reduzir as obrigações em R\$159 milhões entre o 4T16 e o 1T17, e em R\$386 milhões nos últimos 12 meses.

Todas as medidas necessárias para acelerar a entrada de caixa, com foco na monetização dos ativos, redução de custos e readequação dos passivos continuarão entre as prioridades da Companhia.

Em breve apresentaremos nosso Plano de Recuperação ao Mercado. Este momento será fundamental para equalização da situação econômico-financeira da PDG, no qual negociaremos com nossos credores e stakeholders uma solução abrangente e eficaz, buscando ao máximo a preservação das atividades comerciais e operacionais da Companhia, além do cumprimento das responsabilidades assumidas junto aos nossos clientes, credores e acionistas.

A Administração.

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações
- Em recuperação judicial

Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

Notas explicativas às Informações Trimestrais **(Em milhares de Reais)**

1 Contexto operacional

a. Informações gerais

A PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial (“Companhia ou PDG”), suas controladas e seus empreendimentos em conjunto têm por objetivo social: (a) participação em outras sociedades que atuem no setor imobiliário, na qualidade de acionista, quotista, consorciada, ou por meio de outras modalidades de investimentos, como a subscrição ou a aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários; (b) aquisição de imóveis para renda; e (c) aquisição de imóveis para incorporação imobiliária.

Constituída como uma Sociedade Anônima domiciliada no Brasil, as ações da Companhia, sob o código “PDGR3”, são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (atual denominação da BM&FBOVESPA). A sede social da Companhia está localizada na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.955, 10º andar, bairro Vila Olímpia, São Paulo – SP.

As informações referentes ao contexto operacional não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 1 das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016, publicadas no dia 30 de março de 2016, nos jornais “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e “Valor Econômico” e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e pdg.com.br/ri (doravante denominadas de “demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016”).

b. Recuperação judicial

A Companhia iniciou em agosto de 2015, em conjunto com seus assessores legais e financeiros, um processo de reestruturação de dívidas com vistas a reforçar o fluxo de caixa e otimizar a estrutura de capital das empresas integrantes do Grupo (PDG), de modo a preservar a sua capacidade de cumprimento das obrigações assumidas perante credores e clientes (“Processo de Reestruturação”).

Em linhas gerais o Processo de Reestruturação previa acordos para prorrogação de pagamentos de juros e amortização de principal, a concessão de novos financiamentos destinados a cobrir despesas gerais e administrativas do Grupo (PDG) e o compromisso das instituições financeiras de retomar a liberação de linhas de financiamento já contratadas e/ou analisar a possibilidade de contratar novas linhas de financiamento em benefício de empreendimentos imobiliários desenvolvidos por empresas do Grupo (PDG).

No entanto, os acordos não alcançaram o efeito originalmente esperado e o Grupo (PDG) continuou a enfrentar dificuldades na gestão e continuidade dos seus empreendimentos imobiliários, tais como o crescente número de distratos de unidades vendidas, a queda nas vendas em todo Brasil, a interrupção de obras em andamento, o acúmulo de dívidas condominiais, de IPTU e com fornecedores de produtos e serviços, e ainda o grande volume de ações judiciais movidas por clientes, ex-clientes e funcionários de prestadores de serviço.

Apesar dos esforços e dos avanços alcançados, o Conselho de Administração ponderou que não era possível encontrar, no âmbito extrajudicial, uma solução sustentável para a crise financeira por que passa o Grupo (PDG), e concluiu que o ajuizamento da Recuperação Judicial do Grupo (PDG) era a medida mais adequada para (i) continuar avançando, de forma organizada e com prazos e procedimentos pré-definidos, com a coordenação de todos os envolvidos no Processo de Reestruturação; (ii) possibilitar a manutenção

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

da normalidade operacional das atividades da Companhia e suas controladas; bem como (iii) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia e de suas controladas.

Em decorrência desta situação, em 22 de fevereiro de 2017 a Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial, das 512 sociedades integrantes do Grupo (PDG), na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005. Em 02 de março de 2017 o pedido de recuperação judicial foi deferido pelo Juiz de Direito da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, nos autos do processo nº 1016422-34.2017.8.26.0100.

A decisão judicial de deferimento, dentre outras providências, determinou o seguinte:

- (i) Nomeação da PricewaterhouseCoopers Assessoria Empresarial Ltda. para atuar como administradora Judicial no Processo de Recuperação Judicial;
- (ii) Suspensão de todas as ações e execuções atualmente em curso contra o Grupo (PDG), pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados desta data, nos termos do artigo 6º da LRF;
- (iii) Expedição de edital, nos termos do artigo 52, § 1º da LRF, com prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data da sua publicação, para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito do Processo de Recuperação Judicial;
- (iv) Apresentação do plano de recuperação judicial do Grupo (PDG) no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da decisão judicial de deferimento, nos termos do artigo 53 da LRF.

Em 27 de março de 2017, através de Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram, sem qualquer ressalva, o pedido de recuperação judicial da Companhia e sociedades integrantes de seu Grupo (PDG) econômico, autorizando os administradores da Companhia a tomarem todas as providências e praticarem todos os atos necessários com vistas a dar continuidade e garantir a efetivação da recuperação judicial da Companhia.

c. Continuidade operacional

A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial, por meio dos planos de recuperação, a serem apresentados, e da concretização de previsões da Companhia. Essas condições e circunstâncias indicam a existência de incertezas, que poderão gerar dúvidas sobre a capacidade de continuidade da Companhia.

Na avaliação da Administração da Companhia os planos possibilitarão, durante o período de negociação junto a credores e judiciário, o fechamento de acordos com a maioria dos credores do Grupo (PDG).

Adicionalmente o Conselho de Administração acredita que a Companhia, por meio da renegociação do passivo concursal das recuperandas, nos termos das formas e condições previstas nestes planos, também fornecerão condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo (PDG), possibilitando (i) reversão do círculo vicioso de baixa liquidez; e (ii) atração de recursos para a Companhia, mediante novas parcerias para desenvolvimento dos projetos.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

2 Apresentação das Informações Trimestrais e principais políticas contábeis

a. Informações trimestrais e políticas contábeis

As Informações Trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade operacional da Companhia e suas controladas e coligadas (Grupo (PDG)). Consequentemente, as informações trimestrais foram preparadas utilizando-se políticas contábeis aplicáveis a empresas com continuidade de operação (“on a going-concern basis”), as quais não consideram quaisquer ajustes decorrentes de incertezas sobre a sua capacidade de operar de forma continuada.

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC21 (R1) – Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, que considera a Orientação OCPC 04 sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária no Brasil, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovada pela CVM e Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, identificadas como “Controladora e Consolidado”.

A Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis, adotadas na apresentação e preparação dessas Informações Trimestrais, são os mesmos divulgados na Nota Explicativa nº 2 das Demonstrações financeiras de dezembro de 2016 e, não sofreram alterações e permanecem válidos. Portanto, estas Informações Trimestrais não incluem todas as notas e divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas, e, consequentemente, as respectivas informações devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas. Com base no julgamento e premissas adotados pela Administração, acerca da relevância e de alterações que devem ser divulgados em notas explicativas, estas Informações Trimestrais incluem notas explicativas selecionadas e não contemplam todas as notas explicativas apresentadas nas demonstrações financeiras anuais, conforme facultado pelo Ofício Circular 03/2011, emitido pela CVM.

Em decorrência do pedido de recuperação judicial, a Companhia reclassificou para o passivo circulante os empréstimos e financiamentos, cédulas de créditos bancário (CCBs) e Debêntures a pagar, que possuem cláusulas de vencimento antecipado no caso de recuperação judicial da Companhia. Assim que aprovados os planos de recuperação e fluxos de pagamentos destas dívidas a Companhia reavaliará a segregação contábil.

A moeda funcional de apresentação das Informações Trimestrais individuais e consolidadas é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas Informações Trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

A emissão das Informações Trimestrais da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração e autorizada para arquivamento em 12 de maio de 2017.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

b. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: classificação, mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
CPC 47 - Receitas de contratos com clientes	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 15 – sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 – Arrendamento	Refere-se à definição e a orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS17.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Para o IFRS 16 a Administração da Companhia aguarda a edição do correspondente normativo no Brasil pelo CPC para análise dos possíveis impactos em suas demonstrações financeiras.

3 Consolidação de controladas

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixe de existir.

As Informações Trimestrais das controladas são usualmente elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são atribuídos aos acionistas proprietários da Controladora e à participação dos acionistas não controladores.

a. Participação de acionistas não-controladores

Para cada combinação de negócios, o Grupo (PDG) mensura qualquer participação de acionistas não controladores na data de aquisição, utilizando o valor justo ou a participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida, que geralmente são pelo valor justo.

Mudanças na participação do Grupo (PDG) em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas em sua capacidade de acionistas. Ajustes à participação de acionistas não controladores são baseados em um valor proporcional dos ativos líquidos da subsidiária.

Nenhum ajuste foi feito no Ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) e, conseqüentemente, não é reconhecido no resultado do exercício qualquer ganho ou perda.

b. Perda de controle

Quando da perda de controle, o Grupo (PDG) desreconhece os ativos e passivos da subsidiária, qualquer participação de acionistas não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referente a essa subsidiária. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado do exercício. Se o Grupo (PDG) retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Subsequentemente, essa participação é contabilizada através da utilização da equivalência patrimonial em associadas ou pelo custo ou valor justo em um ativo disponível para venda, dependendo do nível de influência retido.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

c. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra Grupo (PDG), e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra Grupo (PDG), são eliminados na preparação das Informações Trimestrais consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo (PDG) na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco, aplicações em instituições financeiras de primeira linha e, estão remunerados, em média, a 92,1% do CDI em 31 de março de 2017 (31 de dezembro de 2016: 91,5% do CDI).

a. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se substancialmente a saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujo vencimento é inferior a 90 dias sem que haja penalidade no resgate, relativas a Certificados de depósitos bancários e Fundos de renda fixa.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Caixa e Bancos	77	329	40.482	49.482
Aplicações financeiras				
Aplicações financeiras de curtíssimo prazo	62	62	5.243	5.847
Fundos de investimento de renda fixa	-	-	939	9.992
Certificados de depósitos bancários (CDB)	3.805	205	36.736	62.823
Operações compromissadas	5.359	5.335	89.903	72.829
Subtotal	9.226	5.602	132.821	151.491
Total caixa e equivalentes de caixa	9.303	5.931	173.303	200.973

b. Aplicações financeiras

Em 31 de março de 2017 a Companhia apresenta R\$ 43.760, no ativo circulante consolidado, referente a aplicações vinculadas a operações restritas ao pagamento de dívida. As aplicações estão realizadas em Fundos de investimento de renda fixa (R\$ 9.387) e CDB (R\$ 34.373).

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Incorporação e venda de imóveis	37.300	33.850	2.484.993	2.810.887
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.241)	(9.089)	(756.949)	(775.891)
(-) Ajuste a valor presente	-	-	(11.176)	(12.331)
Total	29.059	24.761	1.716.868	2.022.665
Parcela circulante	21.141	17.775	1.215.128	1.249.963
Parcela não circulante	7.918	6.986	501.740	772.702
Total	29.059	24.761	1.716.868	2.022.665

As contas a receber de venda de imóveis são, substancialmente, atualizadas pela variação do Índice

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

Nacional da Construção Civil (INCC) até a entrega das chaves e, posteriormente, pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) acrescidas de juros de 12% ao ano.

Os saldos de contas a receber de longo prazo apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
2018	852	752	126.798	218.827
2019	742	655	144.166	177.054
2020	5.438	4.797	92.097	212.885
2021	513	453	56.414	70.255
2022 em diante	373	329	82.265	93.681
Total	7.918	6.986	501.740	772.702

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía o saldo das contas a receber consolidado, da parcela circulante, distribuído da seguinte forma:

	31/03/2017			31/12/2016		
	Em processo de Repasse	Carteira Direta	Total	Em processo de Repasse	Carteira Direta	Total
à vencer	419.094	101.666	520.760	472.499	162.747	635.246
vencidos	616.514	77.854	694.368	421.648	193.069	614.717
0 a 30 dias	39.944	5.839	45.783	86.676	21.091	107.767
31 a 60 dias	61.060	4.999	66.059	64.522	11.341	75.863
61 a 90 dias	36.255	4.393	40.648	41.957	11.912	53.869
91 a 120 dias	73.548	7.161	80.709	9.842	11.249	21.091
121 a 360 dias	122.695	18.863	141.558	102.432	67.903	170.335
Mais de 360 dias	283.012	36.599	319.611	116.219	69.573	185.792
Total	1.035.608	179.520	1.215.128	894.147	355.816	1.249.963

Processo de repasse

Quando a Companhia entrega seus empreendimentos, a quase totalidade dos clientes passa pelo processo de financiamento bancário (conhecido também como repasse), processo este requerido para a entrega das chaves e a tomada de posse da unidade. Clientes eventualmente não aprovados para financiamento bancário serão analisados individualmente e poderão ser distratados, não recebendo, assim, as chaves e não tomando posse do imóvel.

Clientes sem condições de financiamento não receberão as unidades e a Companhia devolverá conforme contrato parte do saldo recebido e colocará as unidades à venda novamente.

Saldo das contas a receber de unidades concluídas e em construção

Os saldos consolidados das contas a receber de unidades concluídas, em 31 de março de 2017, montam R\$ 1.475.302 (31 de dezembro de 2016: R\$ 1.802.076), e para empreendimentos em construção, em 31 de março de 2017, montam R\$ 241.566 (31 de dezembro de 2016: R\$ 220.589).

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

Ajuste a Valor Presente (AVP)

O Ajuste a Valor Presente de contas a receber para unidades não concluídas, apropriado proporcionalmente pelo critério descrito na Nota Explicativa nº 2.10 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, é calculado utilizando-se uma taxa de desconto de 9,50% nas Informações Trimestrais de 31 de março de 2017 (31 de dezembro de 2016: 8,08%), calculada pela taxa média de captação de empréstimos da Companhia e suas controladas, deduzida da inflação (IPC-A). Essa taxa é comparada com a NTN-B e utiliza-se a maior. A taxa atual utilizada é a NTN-B. A taxa de desconto é revisada periodicamente pela Administração da Companhia.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) e unidades distratadas

A Companhia constitui provisão para perda sobre o saldo total a receber dos clientes que tenham parcelas vencidas há mais de um ano e que tenham realizado um baixo percentual de pagamento sobre seu contrato de venda da unidade imobiliária.

Em 31 de março de 2017, a provisão para distratos e PCLD, consolidada, totaliza o montante de R\$ 756.949 (31 de dezembro de 2016: R\$ 775.891), representando 44,09% sobre o total das contas a receber de Incorporação e revenda de imóveis. Os saldos em atraso são referentes, principalmente, aos casos de pró-soluto, inadimplência de longo prazo de contas a receber de repasse na planta. A movimentação do período é assim demonstrada:

	Consolidado
Saldo em 31/12/2016:	(775.891)
Baixa por distratos incorridos	44.652
Novas provisões	(25.710)
Saldo em 31/03/2017:	(756.949)

As novas provisões estão lançadas no resultado da Companhia na rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”; as baixas por distratos estão lançadas na rubrica de “Vendas imobiliárias (R\$ 128.735) e Custos das unidades vendidas (R\$ 84.083)”.

A Companhia, durante o período findo em 31 de março de 2017, registrou um volume líquido de 617 unidades distratadas (31 de março de 2016: 881 unidades); deste total, 94,82% ocorreu por desenquadramento de renda (31 de março de 2016: 49,83%), 1,78% por troca (31 de março de 2016: 16,23%) e 3,40% por razões variadas (31 de março de 2016: 33,94%).

O tratamento contábil da Companhia e suas controladas no distrato de unidades é o de reversão da receita e dos custos acumulados anteriormente, registrados pelo andamento de obra do empreendimento quando da rescisão dos contratos.

Empreendimentos inscritos no Regime especial de tributação (RET)

Os saldos das contas a receber relacionados aos empreendimentos totalizam, em 31 de março de 2017, R\$ 1.509.341 (31 de dezembro de 2016: R\$ 1.516.999), que representam 88% do total do saldo de contas a receber da Companhia em 31 de março de 2017 (31 de dezembro de 2016: 75%).

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

6 Estoques de imóveis a comercializar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Imóveis em construção	-	-	391.422	396.991
Imóveis concluídos	35.784	35.957	751.435	696.607
Terrenos para futuras incorporações	3.651	3.651	702.795	706.102
Adiantamentos a fornecedores	-	-	13.403	14.500
Juros capitalizados	129	586	61.728	56.754
Mais valia sobre imóveis lançados	-	-	-	1.760
Total	39.564	40.194	1.920.783	1.872.714
Parcela circulante	35.913	36.543	1.217.988	1.166.612
Parcela não circulante	3.651	3.651	702.795	706.102
Total	39.564	40.194	1.920.783	1.872.714

O valor contábil do terreno de um empreendimento é transferido para a rubrica “Imóveis em construção”, dentro da rubrica “Estoques de imóveis a comercializar”, quando as unidades são colocadas à venda, ou seja, no momento em que o empreendimento é lançado.

O saldo do ágio (Mais valia sobre imóveis) correspondente à valorização de terrenos e dos encargos capitalizados, na Controladora, ficam registrados em “Investimentos” e em “Estoques de imóveis a comercializar” no consolidado.

Terrenos para futuras incorporações

A Companhia reclassifica parte de seus estoques para a parcela não circulante de acordo com a programação de lançamentos dos anos subsequentes para a rubrica “Terrenos para futuras incorporações”.

A Companhia registra gastos com imóveis na cidade de Salvador, classificado na rubrica de “Terrenos para futuras incorporações”, que serão alocados, principalmente, a empreendimentos considerados no projeto denominado, pela Companhia, como “Mintaka”. A Companhia possui acordo com o proprietário dos terrenos que permitem à Companhia ter preferência ou opção de compra nos terrenos, por um período de dez anos, a iniciar em dezembro de 2017.

Quando do exercício da opção de compra haverá a contabilização da aquisição do terreno em Estoque de terrenos e sua contra partida na conta de Contas a pagar de imóveis - Permuta financeira.

Os testes de impairment, conforme descritos na Nota explicativa nº 2.9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, foram realizados com a premissa de aquisição dos imóveis, desenvolvimento do projeto imobiliário ou recuperação dos custos incorridos, no caso de desistência da aquisição dos terrenos preferenciados ou opionados.

Alocação dos encargos financeiros

As despesas financeiras de empréstimos, financiamentos e debêntures, cujos recursos foram utilizados no processo de construção dos empreendimentos imobiliários, são capitalizadas na rubrica “Estoques de imóveis a comercializar” e apropriadas ao resultado na rubrica “Custos dos imóveis vendidos”, no consolidado, de acordo com o percentual de vendas de cada empreendimento. Os saldos dos encargos financeiros aplicáveis à Controladora são apresentados na rubrica “Investimentos”, conforme Nota

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

Explicativa nº 7. A movimentação, em 31 de março de 2017, pode ser assim demonstra:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	586	2.521	56.754	72.203
(+) Encargos financeiros capitalizados referentes a:				
Empréstimos e financiamentos	581	329	8.969	48.538
Debêntures	-	-	-	23.206
Total de encargos financeiros capitalizados no período	581	329	8.969	71.744
(-) Encargos apropriados ao resultado no custo de imóveis	(1.038)	(2.264)	(3.995)	(87.193)
Total	129	586	61.728	56.754

7 Investimentos

a. *Informações sobre as controladas em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016*

As sociedades controladas têm como propósito específico a realização de empreendimentos imobiliários, relativos à comercialização de imóveis residenciais e comerciais.

As participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, são apuradas de acordo com os balanços das respectivas investidas.

A Companhia possui acordos de acionistas relativos às controladas com participação inferior a 100%. Em relação às deliberações da Administração dessas controladas, a Companhia tem assento no Conselho de Administração e/ou na Diretoria destas, participando ativamente de todas as decisões estratégicas do negócio.

As Informações Trimestrais das sociedades controladas, utilizadas para fins de apuração do resultado de equivalência patrimonial e para a consolidação, possuem as mesmas práticas contábeis adotadas pela Companhia, descritas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, quando aplicável. O resumo das principais Informações financeiras das controladas está descrito na Nota Explicativa nº 7b.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

A movimentação dos investimentos na Companhia é assim demonstrada:

Controladora								
Nome da empresa	% de Participação direta	% de Participação Indireta	Saldo em 31/12/2016	Aumentos / Integralizações	Reduções / Baixas	Demais ¹	Resultado de Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/03/2017
Investimentos em controladas								
CHL Desenvolvimento Imobiliário S/A	99,99%	0,01%	575.215	-	(5)	-	(492)	574.718
Goldfarb Incorporações E Construções S.A	99,99%	0,01%	314.849	-	(1.413)	-	(36.483)	276.953
PDG Desenvolvimento Imobiliário Ltda	99,99%	0,01%	266.385	-	-	-	(579)	265.806
PDG São Paulo Incorporações S.A	99,99%	0,01%	233.804	-	(73)	-	211	233.942
Gold Investimentos S.A.	49,32%	50,68%	67.772	1.425	-	-	(2.157)	67.040
API SPE 20 - Planej. e Desenvolv. Imobiliários S/A.	99,99%	0,01%	50.259	-	-	-	2.998	53.257
ZMF 5 Incorporações S.A	99,99%	0,01%	55.628	-	-	-	(2.007)	53.621
PDG Araxá Income S/A	99,00%	0,01%	29.050	-	-	-	972	30.022
PDG SPE 38 Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,99%	0,01%	30.338	-	-	-	(225)	30.113
PDG SP 7 Incorporações SPE Ltda	99,99%	0,01%	26.101	-	-	-	(1.567)	24.534
PDG SP 9 Incorporações SPE Ltda	99,99%	0,01%	25.865	-	-	-	(1)	25.864
PDG Companhia Securitizadora	99,99%	0,01%	24.362	-	(1.539)	-	(1.833)	20.990
PDG SP 2 Incorporações SPE Ltda	99,99%	0,01%	20.565	-	-	-	753	21.318
PDG SP 6 Incorporações SPE Ltda	99,99%	0,01%	21.187	-	-	-	263	21.450
JLO Brooklin Empreendimento Imobiliário Spe Ltda.	100,00%	0,00%	21.009	-	-	-	(23)	20.986
PDG SP 15 Incorporações SPE Ltda	99,99%	0,01%	20.965	-	-	-	(189)	20.776
PDG-LN7 Incorporação e Empreendimentos S.A.	85,29%	14,71%	20.602	-	-	-	757	21.359
CHL LXVIII incorporações Ltda.	100,00%	0,00%	20.034	-	-	-	19	20.053
Performance Br Empreendimentos Imobiliários S.A.	68,00%	0,00%	19.094	-	-	-	(2.594)	16.500
LBC Empreendimento Imobiliário Spe	100,00%	0,00%	16.262	-	-	-	69	16.331
Gold Mali Empreendimentos Imobiliários Ltda.	50,00%	50,00%	16.169	-	-	-	(166)	16.003
LN 29 Incorporação e Empreendimento Ltda	64,00%	16,00%	14.273	-	-	-	64	14.337
Colore Empreendimento Imobiliário Spe S/A	80,00%	0,00%	10.674	-	-	-	(4)	10.670
Vital Palácio Miraflores Incorporadora Ltda.	78,15%	21,85%	9.880	-	-	-	-	9.880
Club Felicitá Empreendimento Imobiliários S.A.	96,69%	3,31%	6.445	-	-	-	(468)	5.977
PDG Masb Empreendimento Imobiliário Spe Ltda.	50,00%	0,00%	9.006	-	-	-	(179)	8.827
GDP 1 Incorporações SPE Ltda.	99,99%	0,01%	7.288	-	-	-	(326)	6.962
PDG SPE 15 Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	99,99%	0,01%	13.336	-	-	-	(3.640)	9.696
PDG LN 34 Incorp e Empreend Ltda	80,00%	20,00%	7.441	-	-	-	(948)	6.493
STXROCK 10 Desenvolvimento Imobiliário S.A.	99,99%	0,01%	7.105	-	-	-	(3)	7.102
PDG LN 28 Incorporação e Empreendimento Ltda	86,60%	13,40%	7.034	-	-	-	(10)	7.024
Club Florença Empreendimento Imobiliários S.A.	99,99%	0,01%	6.939	-	-	-	(60)	6.879
Goldfarb PDG 5 Incorporações S/A	50,00%	50,00%	5.471	-	-	-	39	5.510
Gold Sao Paulo Empreendimentos Imobiliário Ltda.	50,00%	50,00%	5.432	-	-	-	(90)	5.342
Aurora Incorporadora Spe Ltda	99,99%	0,01%	3.590	-	-	-	1.460	5.050
Demais ²			79.441	1.153	-	70.442	(92.252)	58.784
			2.068.870	2.578	(3.030)	70.442	(138.691)	2.000.169
Investimentos em coligadas								
Malmequer Empreendimentos S/A	42,50%	0,00%	2.745	6	-	-	12	2.763
Queiroz Galvao Mac Cyrela Veneza Empr. Imob. S.A.	20,00%	0,00%	1.857	-	-	-	-	1.857
Demais ³			2.233	40	-	-	(15)	2.258
			6.835	46	-	-	(3)	6.878
Subtotal - participações societárias			2.075.705	2.624	(3.030)	70.442	(138.694)	2.007.047
Demais								
Intangível			61.182	-	(228)	-	-	60.954
Juros capitalizados			2.160	157	-	-	-	2.317
Mais valia de terreno			1.760	-	-	-	-	1.760
Subtotal - demais investimentos			65.102	157	(228)	-	-	65.031
Total dos investimentos			2.140.807	2.781	(3.258)	70.442	(138.694)	2.072.078

¹ Contém Provisão para perdas em investimentos reclassificadas para o passivo não circulante na rubrica de "Outras obrigações".

² Investimentos em Controladas com saldos individualizados de até R\$ 5 milhões em 31 de março de 2017.

³ Investimentos em Coligadas com saldos individualizados de até R\$ 1 milhão em 31 de março de 2017.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017**b. Informações sobre as controladas em conjunto e coligadas, do consolidado, em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016.**

Consolidado								Saldo consolidado		
	% de Participação			Patrimônio	Resultado	Resultado de		Investimentos	Investimentos	Resultado de
Nome da empresa	Direta	Ativo	Passivo	Líquido	total do período	Equivalência Patrimonial	Demais ²	em 31/03/2017	em 31/12/2016	Equivalência em 31/03/2016
Inpar - Abyara - Projeto Res. Santo Amaro Spe Ltda	30,00%	49.839	5.398	44.441	-	-	-	13.332	13.332	(25)
Schahin Borges De Figueiredo Incorporadora Ltda	30,00%	28.096	76	28.020	(131)	(39)	-	8.406	8.391	-
Iepe - Investimentos Imobiliarios Ltda	30,00%	18.721	386	18.335	123	37	-	5.501	5.587	(102)
Inpar - Abyara - Projeto Residencial America Spe Ltda	30,00%	32.656	14.806	17.850	-	-	-	5.355	5.355	(47)
Demais investidas ¹		405.930	381.332	24.598	217	22	10.010	16.278	16.347	360
Total dos investimentos		535.242	401.998	133.244	209	20	10.010	48.872	49.012	186

¹ Investimentos com saldos de até R\$ 5 milhões em 31 de março de 2017.² Provisão para perdas em investimentos reclassificadas para o passivo não circulante na rubrica de "Outras obrigações".**Informações financeiras de controladas do consolidado, com minoritários, em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016**

Consolidado em 31/03/2017								Saldo Consolidado		
Nome da empresa	% Total da Companhia	% de Minoritários	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado	Resultado de Não Controladores	Patrimônio Líquido de não Controladores	Patrimônio Líquido de não Controladores	Resultado em
										31/12/2016
Performance Br Empreendimentos Imob. S.A.	68,00%	32,00%	25.958	1.692	24.266	(3.816)	(1.221)	7.765	7.468	(280)
Dubhe Incorporadora S/A	55,00%	45,00%	12.835	917	11.918	-	-	5.363	5.363	2.932
Orion Incorporadora Ltda	70,00%	30,00%	70.170	52.890	17.280	-	-	5.184	5.323	-
Gonder Incorporadora Ltda.	86,00%	14,00%	102.024	142.081	(40.057)	15.579	2.181	(5.608)	(7.789)	(2.009)
Klabin Segall Invest E Partic Spe S.A	70,00%	30,00%	6.658	25.508	(18.850)	180	54	(5.655)	(5.709)	188
Agra Bergen Incorporadora Ltda	80,00%	20,00%	90.850	120.515	(29.665)	33.685	6.737	(5.933)	(12.671)	(1.038)
Ecolife Independência Emp. Imobiliários S.A.	80,00%	20,00%	13.874	43.224	(29.350)	525	105	(5.870)	(5.975)	135
PDG Masb Empreendimento Imob. Spe Ltda	50,00%	50,00%	32.979	48.013	(15.034)	(358)	(179)	(7.517)	(7.379)	(93)
Bni Baltico Desenvolv. Imobiliario Ltda	66,67%	33,33%	8.477	65.651	(57.174)	(162)	(54)	(19.056)	(19.002)	(1.309)
Demais investimentos ¹			543.625	501.783	41.842	(14.945)	(3.672)	9.635	(1.930)	1.411
Total			907.450	1.002.274	(94.824)	30.688	3.951	(21.692)	(42.301)	(63)

¹ Investimentos maiores ou menores de R\$ 5 milhões em 31 de março de 2017**c. Investimentos em ações**

Em 31 de março de 2017 a Companhia, através de sua controlada Agra Empreendimentos Imobiliários S.A., mantém fundo de investimento exclusivo (FIP PDG), cujos principais ativos são participações societárias em controladas da Companhia. As cotas do fundo são valorizadas conforme cotação patrimonial e seus rendimentos, apropriados no resultado da controlada, são eliminados quando da elaboração das informações consolidadas da Companhia.

8 Imobilizado

O ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e estão relacionados às atividades operacionais.

Há controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. A depreciação anual é calculada de forma linear, ao longo da vida útil dos ativos, a taxas que consideram a vida útil estimada dos bens, como segue:

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

Controladora							
Custo:	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total		
Saldo em 31.12.2015	-	379	3.848	705	4.932		
. Adições	848	-	361	-	1.209		
Saldo em 31.12.2016	848	379	4.209	705	6.141		
. Adições	227	-	-	-	227		
Saldo em 31.03.2017	1.075	379	4.209	705	6.368		

Controladora							
Depreciação:	10% a.a. Máquinas e equipamentos	10% a.a. Móveis e utensílios	20% a.a. Computadores	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total		
Saldo em 31.12.2015	-	(311)	(3.599)	(47)	(3.957)		
. Depreciações	(68)	(38)	(190)	(70)	(366)		
Saldo em 31.12.2016	(68)	(349)	(3.789)	(117)	(4.323)		
. Depreciações	(21)	(9)	(56)	(18)	(104)		
Saldo em 31.03.2017	(89)	(358)	(3.845)	(135)	(4.427)		
Saldo residual em 31.03.2017	986	21	364	570	1.941		
Saldo residual em 31.12.2016	780	30	420	588	1.818		
Saldo residual em 31.12.2015	-	68	249	658	975		

Consolidado							
Custo:	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores	Benfeitorias em imóveis de terceiros (ii)	Estande de vendas (i)	Demais imobilizações	Total
Saldo em 31.12.2015	28.306	17.888	26.515	22.118	4.023	5.086	103.936
. Adições	1.180	1.112	1.195	1.990	271	-	5.748
. Baixas	(1.842)	(529)	(799)	(58)	(1.472)	(1.084)	(5.784)
Saldo em 31.12.2016	27.644	18.471	26.911	24.050	2.822	4.002	103.900
. Adições	254	-	-	-	-	-	254
. Baixas	(20)	(10)	(106)	(101)	(2.822)	-	(3.059)
Saldo em 31.03.2017	27.878	18.461	26.805	23.949	-	4.002	101.095

Consolidado							
Depreciação:	10% a.a. Máquinas e equipamentos	10% a.a. Móveis e utensílios	20% a.a. Computadores	Benfeitorias em imóveis de terceiros (ii)	Estande de vendas (i)	Demais imobilizações	Total
Saldo em 31.12.2015	(14.826)	(11.581)	(24.108)	(11.598)	(3.263)	(2.341)	(67.717)
. Depreciações	(2.989)	(1.786)	(1.292)	(4.249)	(1.191)	(249)	(11.756)
. Baixas	1.102	123	306	10	1.632	40	3.213
Saldo em 31.12.2016	(16.713)	(13.244)	(25.094)	(15.837)	(2.822)	(2.550)	(76.260)
. Depreciações	(668)	(365)	(246)	(360)	-	(54)	(1.693)
. Baixas	15	4	101	20	2.822	-	2.962
Saldo em 31.03.2017	(17.366)	(13.605)	(25.239)	(16.177)	-	(2.604)	(74.991)
Saldo residual em 31.03.2017	10.512	4.856	1.566	7.772	-	1.398	26.104
Saldo residual em 31.12.2016	10.931	5.227	1.817	8.213	-	1.452	27.640
Saldo residual em 31.12.2015	13.480	6.307	2.407	10.520	760	2.745	36.219

- (i) A depreciação é efetuada conforme a vida útil dos ativos, com prazo médio de 18 meses utilizados durante o período de comercialização dos empreendimentos, e apropriada no resultado na rubrica “Despesas com vendas”. A baixa é realizada em consequência da desmobilização do estande.
- (ii) A amortização é realizada ao longo do contrato de locação do imóvel.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

Teste de recuperabilidade (impairment) do Imobilizado

O Grupo (PDG) revisa anualmente a existência de indícios de recuperabilidade dos Ativos imobilizados. Nos casos em que são identificados imobilizados que não serão recuperáveis, o Grupo (PDG) analisa e constitui provisão para redução ao valor recuperável.

9 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Composição dos ágios por empresa				
Agre Empreendimentos Imobiliários S.A.	53.491	53.491	53.491	53.491
Agre Urbanismo S.A.	397	402	-	-
CHL Desenvolvimento Imobiliários S.A.	6.542	6.616	-	-
Goldfarb Incorporações e Construções S.A.	351	465	-	-
LN 8 Incorporação e Empreendimentos Ltda.	37	72	-	-
PDG LN Incorporações e Construções S.A.	136	136	-	-
Total	60.954	61.182	53.491	53.491
Software e outros intangíveis	29.741	31.460	49.526	54.193
Subtotal	90.695	92.642	103.017	107.684
Realocação para Investimentos (Nota 7) (i)	(60.954)	(61.182)	-	-
Saldo final	29.741	31.460	103.017	107.684

(i) Nas Informações Trimestrais da "Controladora" e "Consolidado" esses Intangíveis estão sendo apresentados inclusos nas rubricas de Investimentos, pois são intangíveis de empresas coligadas (Nota Explicativa nº 7)

a. Movimentação dos Ativos intangíveis

As movimentações dos ativos intangíveis nos exercícios findos em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 podem ser assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado			
	Direito de uso de software	Marcas e patentes	Direito de uso de software	Sub-total	Mais valia nos Investimentos	Total
Custo:						
Saldo em 31.12.2015	56.008	88	135.741	135.829	511.428	647.257
. Adições	5.151	-	5.530	5.530	-	5.530
. Baixas	-	(88)	(701)	(789)	-	(789)
. Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2016	61.159	-	140.570	140.570	511.428	651.998
. Adições	140	-	140	140	-	140
. Baixas	-	-	(16)	(16)	-	(16)
Saldo em 31.03.2017	61.299	-	140.694	140.694	511.428	652.122
Amortizações:						
Saldo em 31.12.2015	(22.144)	-	(61.397)	(61.397)	(457.937)	(519.334)
. Amortizações	(7.555)	-	(25.045)	(25.045)	-	(25.045)
. Baixas	-	-	65	65	-	65
Saldo em 31.12.2016	(29.699)	-	(86.377)	(86.377)	(457.937)	(544.314)
. Amortizações	(1.859)	-	(4.791)	(4.791)	-	(4.791)
Saldo em 31.03.2017	(31.558)	-	(91.168)	(91.168)	(457.937)	(549.105)
Saldo residual em 31.03.2017	29.741	-	49.526	49.526	53.491	103.017
Saldo residual em 31.12.2016	31.460	-	54.193	54.193	53.491	107.684
Saldo residual em 31.12.2015	33.864	88	74.344	74.432	53.491	127.923

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

b. *Teste da redução ao valor recuperável (impairment)*

O teste de *impairment* é elaborado sobre premissas utilizadas para projeção e acompanhamento de fluxo de caixa projetado da empresa investida, adicionado a um modelo de perpetuidade e sendo dividido em três grandes itens: (i) receitas provenientes de vendas de imóveis; (ii) custos com incorporação e construção de imóveis e despesas administrativas e de vendas; e (iii) endividamento líquido representado pela Dívida total menos Caixa e as Disponibilidades.

Os ágios pagos quando da aquisição de participações societárias, fundamentados em expectativa de resultado futuro ou na mais-valia dos ativos das participações societárias adquiridas, foram reavaliados e os prazos de realização foram definidos em razão da evolução dos empreendimentos imobiliários correspondentes, os quais são amortizados no prazo médio de três anos, a partir dos lançamentos desses empreendimentos imobiliários.

Em 31 de março de 2017 a controlada Agre acumula R\$ 53.491, de mais valia, alocado a terrenos que estão opçionados por um período de dez anos ao Grupo (PDG), a iniciar em dezembro de 2017, conforme Nota explicativa nº 6. À medida que a opção de compra do terreno seja exercida, ou cancelada, a controlada realizará o teste de impairment, ou baixa, correspondente a recuperabilidade da parcela já alocada nesta transação.

c. *Intangíveis de Software*

Os ativos classificados como “*Software* e outros intangíveis” correspondem à aquisição e aos custos de implementação do *software* operacional da Companhia, cujo início de amortização deu-se em janeiro de 2011. Durante o período findo em 31 de março de 2017, foram amortizados R\$ 4.791 (31 de março de 2016: R\$ 9.370) contabilizados no resultado da Companhia. O prazo de amortização do *software* foi avaliado em oito anos.

10 Transações e saldos com partes relacionadas**a. *Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)***

O montante classificado no ativo não circulante, como AFAC é referente a aportes destinados a viabilizar a fase inicial dos empreendimentos. Esses aportes não estão sujeitos a qualquer indexador ou taxa de juros, e serão objeto de deliberação por parte dos acionistas quanto à sua capitalização.

b. *Remuneração da administração*

O limite de remuneração global dos administradores da Companhia e membros do conselho fiscal, líquido de encargos sociais que sejam ônus da Companhia, para o ano de 2017, foi fixado em até R\$ 20.514 (31 de dezembro de 2016: R\$ 39.485), para a remuneração dos administradores fixa e variável, direta e indireta dos administradores, considerando o patamar máximo atingível e do conselho fiscal, bem como os valores a serem por ela arcados em decorrência das opções de compra de ações outorgadas conforme Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

O montante da remuneração fixa e variável pago a título de remuneração, participação nos lucros ou resultados, dividendos e/ou benefícios em geral, durante o período findo em 31 de março de 2017 e 31 de março de 2016, é assim demonstrado:

Notas Explicativas**PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial**
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Remuneração fixa				
Conselho de Administração	450	120	450	120
Conselho Fiscal	74	56	74	56
Diretoria Estatutária	684	780	684	820
Encargos	348	259	348	261
	1.556	1.215	1.556	1.257
Benefícios				
Diretoria Estatutária	41	60	41	63
	41	60	41	63
Remuneração variável				
Bônus de retenção	630	5.162	630	5.162
Encargos	181	1.487	181	1.487
	811	6.649	811	6.649
Total fixa e variável	2.408	7.924	2.408	7.969
Baseada em ações	12	267	12	267
Total Geral	2.420	8.191	2.420	8.236

A remuneração variável da Administração é composta por participação nos resultados e estes são usualmente provisionados durante o exercício social anterior, baseado na estimativa de pagamento. A remuneração baseada em ações representa a apropriação ao resultado do exercício da despesa apurada nas outorgas em circulação (Nota explicativa nº 21).

A Companhia, com base no item 8 do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2013, emitido em 8 de fevereiro de 2013, apresenta as seguintes referências sobre a divulgação das transações das partes relacionadas:

- (i) Não possui benefícios de curto prazo a empregados e administradores;
- (ii) Não possui benefícios pós-emprego;
- (iii) Não possui outros benefícios de longo prazo;
- (iv) Não possui benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e
- (v) Possui remuneração baseada em ações

c. Avais e garantias

A Companhia totaliza R\$ 1.623.535 de avais e garantias em 31 de março de 2017 (31 de dezembro de 2016: R\$ 1.711.768). Os montantes são provenientes de avais e fianças prestadas nas operações de crédito imobiliário realizadas pelas sociedades investidas da Companhia, tendo por base os saldos a pagar e futuras liberações contratadas até esta data, e na proporção da participação que a Companhia possui no capital social de tais sociedades.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

d. Saldos com partes relacionadas:

Os saldos e as transações, de circulante e não circulante, com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Ativo				
Mútuo Pessoas Ligadas	2.855	2.723	25.061	24.564
Contas Correntes com Parceiros nos Empreendimentos	-	12.530	77.216	60.165
Passivo				
Contas Correntes com Parceiros nos Empreendimentos	137.901	116.549	149.004	137.413
Mútuo Pessoas Ligadas	-	-	4.845	-

Os direitos com empresas ligadas não possuem vencimento predeterminado e, exceto pelos contratos de mútuo, não têm incidência de encargos. As operações de mútuo e de saldos a receber ou a pagar de controladas e conta corrente com parceiros nos empreendimentos foram efetuadas, principalmente, com o objetivo de viabilizar a fase inicial dos empreendimentos, em função das relações comerciais que são mantidas com as partes relacionadas para o desenvolvimento das atividades de incorporação e construção.

e. Partes relacionadas com fornecimentos de materiais e serviços

As operações e negócios com partes relacionadas são realizadas observando-se preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo à Companhia ou quaisquer outras partes. De acordo com o artigo 15 de nosso Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração ("CA") deliberar sobre: a celebração, modificação e rescisão de contratos, bem como a realização de operações de qualquer natureza entre a Companhia e os acionistas da Companhia e/ou empresas controladas, coligadas ou controladoras dos acionistas da Companhia. As reuniões do CA realizadas para a tomada destas e outras decisões de investimento são instaladas com a presença da maioria dos membros do CA e as deliberações são tidas como válidas se aprovadas pela maioria dos membros presentes.

As principais informações sobre as operações realizadas com administradores e sócios da Companhia, ou de suas investidas, é assim apresentada:

Parte relacionada						Gastos Incorridos em		
Relação com Companhia	Fornecedor	Objeto do contrato	Data da transação	Montante envolvido	Obs:	Duração do contrato	31/03/2017	31/12/2016
Vinci Partners	Austral Seguradora	Seguro de obra e Seguro garantia	jun/13 à nov/19	3.188	limite máximo de cobertura por obra-seguro: R\$120.000	36 meses de obra + 12 meses pós obra	-	708
Vinci Partners	Cecrisa R. Cerâmicos S.A	Material: cerâmica	jun/13 à mar/17	14.675	-	6 meses	14	474
Vinci Partners	Unidas Locadora de Veículos Ltda	Locação: veículo	set/13 à mar/17	28	-	1 ano	-	1
Conselheiro	Instituto de Desenvolvimento Gerencial S.A.	Consultoria	jun/14	257	valor total contratado R\$ 2.571	19 meses	-	1.337
Conselheiro	União Consultoria V. e A. de P. de Gestão S/S	Consultoria	jun/14	1.157			-	-
Conselheiro	União Consulotria E. de Projetos de Gestão	Consultoria	jun/14	1.157			-	-
Conselheiro	Instituto de Desenvolvimento Gerencial S.A.	Consultoria	out/15	725	valor total contratado R\$ 7.250	11 meses	644	81
Conselheiro	União Consultoria V. e A. de P. de Gestão S/S	Consultoria	out/15	3.263			1.371	-
Conselheiro	União Consulotria E. de Projetos de Gestão	Consultoria	out/15	3.263			-	-
Total				27.713			2.029	2.601

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

11 Empréstimos e financiamentos

A Companhia reduz a exposição de caixa de cada empreendimento através do uso de recursos de terceiros no financiamento/apoio à construção, firmados nas condições do Sistema Financeiro Habitacional e de linhas de capital de giro oferecidas por instituições financeiras de primeira linha.

Conforme Nota explicativa nº 2.a efetuamos a reclassificação, para o passivo circulante, dos empréstimos e financiamentos que possuem cláusulas restritivas a situação de recuperação judicial.

Segue a composição consolidada dos empréstimos da Companhia, em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, por tipo de dívida:

Tipo de Dívida	Controladora		Taxa média	Garantia
	31/03/2017	31/12/2016		
SFH	2.136	2.954	TR + 9,93% e CDI 118%	Hipoteca/ Recebíveis/ Fiança/ Penhor
Capital de Giro/ SFI e Nota promissória	336.824	329.599	120% CDI	Alienação fiduciária de quotas, ações e imóveis/ Aval/ Hipoteca / Cessão fiduciária de Direitos Creditórios
Finep/Finame	98.608	98.246	PRÉ 5,25% até 8,70%	Aval PDG
Total	437.568	430.799		
Parcela circulante	437.568	45.398		
Parcela não circulante	-	385.401		
Total	437.568	430.799		

Tipo de Dívida	Consolidado		Taxa média	Garantia
	31/03/2017	31/12/2016		
SFH	850.358	970.394	TR + 9,93% e CDI 118%	Recebíveis/ Fiança proporcional/ Hipoteca / Aval / Penhor / Hipoteca imóvel/ Fiança
Capital de Giro/ SFI e Nota promissória	336.825	329.600	120% CDI	Alienação fiduciária de quotas, ações e imóveis/ Aval/ Hipoteca / Cessão fiduciária de Direitos Creditórios
Finep/Finame	101.586	101.168	PRÉ 5,25% até 8,70%	Aval PDG
Total	1.288.769	1.401.162		
Parcela circulante	1.288.769	1.013.591		
Parcela não circulante	-	387.571		
Total	1.288.769	1.401.162		

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

12 Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) e Debêntures a pagar

Conforme Nota explicativa nº 2.a efetuamos a reclassificação para o passivo circulante das CCBs e Debêntures a pagar que possuem cláusulas restritivas à situação de recuperação judicial.

a. Cédulas de Crédito Bancário

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Obrigação por Emissão de CCB Corporativa				
3ª Série da 1ª Emissão	1.298	1.250	1.298	1.250
4ª Série da 1ª Emissão	649	625	649	625
15ª Série da 1ª Emissão	297.287	289.191	297.287	289.191
3ª Série da 3ª Emissão	-	-	2.605	2.817
5ª Série da 3ª Emissão	11.573	11.118	11.573	11.118
7ª Série da 3ª Emissão	12.206	11.731	12.206	11.731
25ª Série da 1ª Emissão	87.056	86.316	87.056	86.316
26ª Série da 1ª Emissão	-	-	64.549	62.421
27ª Série da 1ª Emissão	210.718	205.067	210.718	205.067
28ª Série da 1ª Emissão	75.267	72.115	75.267	72.115
Outras emissões por CCB	897.544	910.297	951.874	983.163
Sub-Total Corporativo	1.593.598	1.587.710	1.715.082	1.725.814
Obrigação por Emissão de CCB Apoio à produção *				
3ª Série da 2ª Emissão	-	-	63.491	69.073
2ª Série da 2ª Emissão	-	-	65.477	63.437
24ª Série da 1ª Emissão	206.323	200.575	206.323	200.575
CCB CEF 600MM	264.032	253.685	264.032	253.685
Sub-Total CCB Apoio à produção	470.355	454.260	599.323	586.770
Total	2.063.953	2.041.970	2.314.405	2.312.584
Parcela circulante	2.063.953	1.542.375	2.314.405	1.811.544
Parcela não circulante	-	499.595	-	501.040
Total	2.063.953	2.041.970	2.314.405	2.312.584

*Possuem as mesmas condições de contratação do SFH:

- Tenham origem de linhas de crédito criadas junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e/ou Poupança;
- Sejam destinados para o financiamento imobiliário (desenvolvimento de imóveis residenciais ou comerciais);
- Estejam remunerados pela variação da TR mais taxa de juros máxima de 12%a.a.

b. Debêntures a pagar

As principais características das debêntures a pagar emitidas pela Companhia e controladas podem ser assim demonstradas:

Controladora												
Debêntures	Tipo	Natureza	Emissão	Vencimento	Espécie	Condição de Remuneração	Valor Nominal	Títulos Emitidos	Títulos em Circulação	Forma de Amortização	Parcelas	Garantias
Corporativas												
1ª Emissão	Não Conversíveis	Pública	02/07/2007	04/07/2020	Quirografária	120 % CDI	10	25.000	25.000	Anual	1	Sem Garantia
4ª Emissão	Não Conversíveis	Pública	10/08/2010	04/07/2020	Real	120 % CDI	1.000	280	280	Trimestralmente	1	Quotas
7ª Emissão	Não Conversíveis	Pública	15/03/2012	15/12/2018	Real	IPCA + 6,56% a.a.	1.000	140	140	Irregular	10	Quotas
9ª Emissão	Não Conversíveis	Pública	08/06/2016	30/06/2019	Quirografária	120 % CDI	1.000	30.000	30.000	Única	1	Sem Garantia
10ª Emissão	Não Conversíveis	Pública	01/07/2016	30/06/2019	Quirografária	120 % CDI	1.000	20.000	20.000	Única	1	Sem Garantia
11ª Emissão	Não Conversíveis	Pública	05/08/2016	04/07/2020	Real	120 % CDI	1.000	565.000	565.000	Única	1	Quotas
Apoio Produção												
5ª emissão	Não Conversíveis	Pública	23/09/2010	01/03/2017	Real	TR + 9,34% a.a.	1.000	600	600	Semestral	1	Cessão/Alienação Fiduciária de Ações e Quotas

2 Devido ao não pagamento dos juros remuneratórios, ficou caracterizado o vencimento antecipado das Debêntures. A Companhia está em contato com os titulares das Debêntures com o objetivo de negociar uma solução consistente com os princípios e propósitos da Reestruturação.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

Os saldos das Debêntures a pagar da Companhia em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 são assim demonstrados:

	Controladora											Consolidado			
	Apoio à produção			Corporativo								Apoio à	Corpora-	Total	
	3ª emissão	5ª emissão	Subtotal	1ª emissão	4ª emissão	6ª emissão	7ª emissão	8ª emissão	9ª emissão	10ª emissão	11ª emissão	Subtotal	REP		ZMF 23
a) <u>Debêntures a Pagar</u>															
Saldo em 31/12/2015	20.683	188.341	209.024	269.541	223.694	-	191.597	1.989	-	-	-	895.845	71.005	-	966.850
(+) Captação	-	-	-	-	-	-	-	-	32.000	20.000	561.924	613.924	-	-	613.924
(+) Atualização	463	17.641	18.104	44.499	38.422	-	30.728	-	2.609	1.389	36.439	172.190	2.682	-	174.872
(-) Pagamentos (Principal + Juros)	(21.146)	(65.118)	(86.264)	-	-	-	(10.683)	(1.989)	-	-	-	(98.936)	(2.685)	-	(101.621)
(-) Venda de participação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(71.002)	-	(71.002)
Saldo em 31/12/2016	-	140.864	140.864	314.040	262.116	-	211.642	-	34.609	21.389	598.363	1.583.023	-	-	1.583.023
(+) Captação	-	-	-	-	-	-	-	-	18.000	30.000	-	48.000	-	-	48.000
(+) Atualização	-	2.519	2.519	11.403	9.128	-	7.631	-	1.733	801	21.767	54.982	-	-	54.982
(-) Pagamentos (Principal + Juros)	-	(1.346)	(1.346)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.346)	-	-	(1.346)
Saldo em 31/03/2017	-	142.037	142.037	325.443	271.244	-	219.273	-	54.342	52.190	620.130	1.684.659	-	-	1.684.659
Composição por ano de vencimento:															
2017	-	142.037	142.037	325.443	271.244	-	219.273	-	54.342	52.190	620.130	1.684.659	-	-	1.684.659
Saldo em 31/03/2017	-	142.037	142.037	325.443	271.244	-	219.273	-	54.342	52.190	620.130	1.684.659	-	-	1.684.659
	Controladora											Consolidado			
	Apoio à produção			Corporativo								Apoio à	Corpora-	Total	
	3ª emissão	5ª emissão	Subtotal	1ª emissão	4ª emissão	6ª emissão	7ª emissão	8ª emissão	9ª emissão	10ª emissão	11ª emissão	Subtotal	REP		ZMF 23
b) <u>Gastos com Emissão</u>															
Saldo em 31/12/2015	(119)	(781)	(900)	(1.558)	(707)	-	(1.540)	-	-	-	-	(4.705)	(3.316)	-	(8.021)
(-) Amortização dos Gastos	119	781	900	519	707	-	522	-	-	-	-	2.648	50	-	2.698
(-) Venda de participação ¹	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.266	-	3.266
Saldo em 31/12/2016	-	-	-	(1.039)	-	-	(1.018)	-	-	-	-	(2.057)	-	-	(2.057)
(-) Amortização dos Gastos	-	-	-	128	-	-	131	-	-	-	-	259	-	-	259
Saldo em 31/03/2017	-	-	-	(911)	-	-	(887)	-	-	-	-	(1.798)	-	-	(1.798)
Saldo líquido em 31/03/2017	-	142.037	142.037	324.532	271.244	-	218.386	-	54.342	52.190	620.130	1.682.861	-	-	1.682.861
Parcela de:															
Curto Prazo	-	142.037	142.037	324.532	271.244	-	218.386	-	54.342	52.190	620.130	1.682.861	-	-	1.682.861
Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	142.037	142.037	324.532	271.244	-	218.386	-	54.342	52.190	620.130	1.682.861	-	-	1.682.861
Saldo líquido em 31/12/2016	-	140.864	140.864	313.001	262.116	-	210.624	-	34.609	21.389	598.363	1.580.966	-	-	1.580.966
Parcela de:															
Curto Prazo	-	140.864	140.864	313.001	262.116	-	210.624	-	-	21.389	598.363	1.546.357	-	-	1.546.357
Longo Prazo	-	-	-	-	-	-	-	-	34.609	-	-	34.609	-	-	34.609
Total	-	140.864	140.864	313.001	262.116	-	210.624	-	34.609	21.389	598.363	1.580.966	-	-	1.580.966

* Possuem as mesmas condições de contratação do SFH:

- a) Tenham origem de linhas de crédito criadas junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e/ou Poupança;
b) Sejam destinados para o financiamento imobiliário (desenvolvimento de imóveis residenciais ou comerciais);
c) Estejam remunerados pela variação da TR mais taxa de juros máxima de 12%a.a.

c. Cláusulas Contratuais Restritivas (“Covenants”) de Dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de Empréstimos, SFH, Debêntures e CCBs, com Covenants normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas à restrição de Recuperação judicial do Grupo e ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e de outros itens.

Essas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam de forma exclusiva a capacidade de condução do curso normal das operações da Companhia.

As CCBs e as Debêntures a Pagar possuem cláusulas contratuais restritivas que sobre as quais são calculados os indicadores abaixo, determinados com base nas Informações Trimestrais consolidadas da Companhia e todos computados para a data base de 31 de março de 2017:

- Índices de EBIT Ajustado (Earning Before Interest and Taxes).

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

- Índices para Níveis máximos de endividamento.
- Índices para Níveis mínimos de liquidez.
- Cláusulas Contratuais Restritivas (Covenants).

A Companhia ultrapassou os limites estabelecidos para o índice de EBIT Ajustado, máximos de endividamento e mínimos de liquidez, assim como outros índices não financeiros relacionados à existência de processos judiciais, contratos ainda não renegociados ou vinculados, títulos protestados, e outros, em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016.

O pedido de recuperação judicial, apresentado neste trimestre pelo Grupo (PDG), também fez com que todas as dívidas que possuem este Covenants, de restrição à recuperação judicial, apresentassem vencimento antecipado.

O CPC 26 determina que quando a entidade quebrar um acordo contratual (covenant) de um empréstimo de longo prazo ao término, ou antes, do término do período de reporte, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações contábeis, em não exigir pagamento antecipado como consequência da quebra do covenant. O passivo deve ser classificado como circulante porque, à data do balanço, a entidade não tem o direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após essa data.

Desta forma a Companhia seguiu a orientação contábil definida no CPC 26 e efetuou a reclassificação, para o passivo circulante destas dívidas, assim como as dívidas vinculadas ao vencimento antecipado destas.

13 Obrigações por aquisição de imóveis

Referem-se a compromissos assumidos na compra de terrenos para incorporação de empreendimentos imobiliários, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Numerários - lançados	-	-	26.524	28.719
Numerários - a lançar	-	-	31.089	28.429
Permuta financeira - VGV lançados	1.570	1.501	31.821	42.269
Permuta financeira - VGV a lançar	3.821	3.016	38.975	21.109
Total	5.391	4.517	128.409	120.526
Parcela circulante	5.391	4.517	68.852	85.825
Parcela não circulante	-	-	59.557	34.701
Total	5.391	4.517	128.409	120.526

As permutas financeiras têm por base os compromissos assumidos na compra de terrenos para incorporação de empreendimentos imobiliários, sua liquidação com o permutante do terreno ocorre concomitantemente com a liquidação financeira por parte dos clientes das unidades imobiliárias comercializadas e mediante a transferência dos recursos financeiros, conforme previsto no contrato.

As obrigações são, substancialmente, atualizadas pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) ou pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e juros que variam entre 6% e 12% ao ano.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

Os valores de obrigações de aquisições de imóveis da parcela não circulante têm a seguinte composição por vencimento:

Ano	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
2018	2.569	7.634
2019	6.662	5.032
2020	2.896	4.858
2021	2.056	17.177
2022 em diante	45.374	-
Total	59.557	34.701

14 Obrigações tributárias

A Instrução Normativa SRF nº 84/1979 (Atividade de Incorporação e Venda de Imóveis) permite que, para fins fiscais, a Companhia realize o pagamento do imposto à proporção do recebimento das vendas contratadas. Como resultado, é contabilizado o ativo ou o passivo de imposto diferido a recolher com base na diferença entre o lucro reconhecido nas Informações Trimestrais e o imposto corrente (“pagável”), de acordo com o regime de caixa.

Não houve modificação nos regimes de tributação (Lucro real, presumido e RET) utilizados pelo Grupo (PDG), descritos na Nota explicativa nº 2.8.b, das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Considerando o atual contexto das operações da Controladora, que se constitui, substancialmente, na participação em outras sociedades, não foram constituídos créditos tributários sobre a totalidade do saldo acumulado de prejuízos fiscais e as bases de cálculo negativas da contribuição social sobre o lucro, assim como sobre o saldo de despesas não dedutíveis temporariamente na determinação do lucro tributável.

Em 31 de março de 2017, o saldo de prejuízos fiscais de IR e de base negativa de CSLL acumulados da Companhia é de R\$ 3.626.881 (31 de dezembro de 2016: R\$ 3.455.513).

a. Tributos parcelados

Em 31 de março de 2017 a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária (“PRT”), instituído pela Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017, regularizando débitos federais que estavam sendo discutidos no âmbito administrativo e judicial com a Fazenda Nacional. A modalidade de pagamento utilizada pela Companhia consistiu no pagamento em espécie de 24% (vinte e quatro por cento) da dívida em 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas, e liquidação do restante com utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL.

A utilização de crédito fiscal possibilitou à Companhia o registro de crédito no resultado do período, no montante de R\$ 24.019, na rubrica de resultado “Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro – Corrente”.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
 Informações Trimestrais em
 31 de Março de 2017

A Companhia e suas investidas acumulam parcelamentos de tributos federais e municipais em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, nos montantes:

Tributo	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
IRPJ e CSL	6.744	284	20.140	14.435
PIS e COFINS	-	-	12.110	12.705
ISS	-	-	1.471	1.725
Total	6.744	284	33.721	28.865
Parcela Circulante	3.519	284	6.353	4.198
Parcela Não Circulante	3.225	-	27.368	24.667
Total	6.744	284	33.721	28.865

b. Ativos e passivos fiscais diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda, a contribuição social sobre o lucro, o PIS e a COFINS diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal, que determina a tributação pelo regime de caixa, (Instrução Normativa SRF nº 84/1979) e a efetiva apropriação do lucro imobiliário, Nota Explicativa nº 2.8b, das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

i. Composição dos Ativos fiscais diferidos

Tributo	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
IRPJ e CSLL	5.090	4.152
PIS e COFINS	8.855	6.062
Total	13.945	10.214

ii. Composição dos Passivos fiscais diferidos

Tributo	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
IRPJ	-	-	36.754	25.733
CSLL	-	-	17.896	11.240
IR e CS	-	-	54.650	36.973
PIS e COFINS	1.069	543	55.742	53.429
Total	1.069	543	110.392	90.402
Parcela Circulante	1.069	543	39.452	45.483
Parcela Não Circulante	-	-	70.940	44.919
Total	1.069	543	110.392	90.402

c. Despesas com imposto de renda e contribuição social

A maioria das SPEs é optante pelo regime de tributação do Lucro Presumido ou RET, no qual a base tributária é a receita de vendas dos empreendimentos, portanto, independentemente do resultado, existe uma tributação a alíquotas médias de 3,08% e 4%, respectivamente, sobre a receita de venda.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

As despesas consolidadas de imposto de renda e contribuição social se resumem como segue:

	31/03/2017		31/03/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Base societária para apuração dos impostos:				
Receita de Venda Imobiliária	10.679	10.679	139.799	139.799
(-) Receita de venda Imobiliária lucro real	(16.330)	(16.330)	(29.883)	(29.883)
(-) Receita de venda Imobiliária pelo RET	29.924	29.924	(76.129)	(76.129)
Receita de vendas Imobiliária pelo lucro presumido	24.273	24.273	33.787	33.787
Outras receitas - incorporação imobiliária	(9.689)	(9.689)	23.721	23.721
(-) Outras receitas - incorporação imobiliária lucro real	(307)	(307)	(2.396)	(2.396)
(-) Outras receitas - incorporação imobiliária RET	6.254	6.254	(7.489)	(7.489)
Outras receitas - incorporação imobiliária lucro presumido	(3.742)	(3.742)	13.836	13.836
Lucro Presumido Incorporação Imobiliário - IRPJ 8% - CSLL 12%	1.642	2.464	3.810	5.715
Receitas Aluguéis/Serviços lucro real	1.200	1.200	6.009	6.009
Receitas Aluguéis/Serviços lucro presumido	43	43	172	172
Lucro Presumido Serviços/Aluguéis - IRPJ - CSLL 32%	14	14	55	55
Lucro Presumido (Incorporação + Serviços)	1.656	2.478	3.865	5.770
(+) Receitas Financeiras - Lucro presumido	14.647	14.647	18.197	18.197
(-) Receitas Financeiras - Lucro Real	(1.171)	(1.171)	(23.036)	(23.036)
(+) Outras receitas - Lucro presumido	62	62	3.096	3.096
(-) Outras Receitas - Lucro Real	65.790	65.790	(13.726)	(13.726)
Base Lucro Presumido	16.365	17.187	25.158	27.063
(-) Despesa consolidada Lucro Presumido - IRPJ / CSLL	(4.091)	(1.547)	(6.290)	(2.436)
(+) IRPJ Diferido Diferenças temporárias - Lucro Real	2.698	971	(572)	(206)
(-) Despesa consolidada - RET	456	239	(1.054)	(552)
Empresas Tributadas pelo Lucro Presumido + Real	(937)	(337)	(7.916)	(3.194)
(+) Outros	5.928	(3.222)	(1.202)	(2.938)
Despesa no Resultado	4.991	(3.559)	(9.118)	(6.132)
Composição da Despesa				
Corrente	15.450	2.811	(13.924)	(8.675)
Diferida	(10.459)	(6.370)	4.806	2.543
Despesa no Resultado	4.991	(3.559)	(9.118)	(6.132)
Impostos (IR + CS)				
Corrente	18.261		(22.599)	
Diferida	(16.829)		7.349	
	1.432		(15.250)	

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

15 Operações com Projetos imobiliários em desenvolvimento e Adiantamentos de clientes

Referem-se aos resultados a serem apropriados decorrentes de vendas contratadas de empreendimentos em construção que ainda não estão refletidos nas Informações Trimestrais. Os valores estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
(i) Receita de Vendas a apropriar de unidades vendidas		
Receita de vendas contratadas	1.370.003	1.792.627
Receita de vendas apropriadas	(875.755)	(1.102.244)
Receita de vendas a apropriar (a)	494.248	690.383
(ii) Custos orçados a apropriar de unidades vendidas		
Custo orçado das unidades	(1.810.730)	(2.027.232)
Custo incorrido das unidades	1.428.652	1.523.345
Custo orçado a apropriar (b)	(382.078)	(503.887)
(iii) Resultado a apropriar de unidades vendidas		
Receita de vendas a apropriar (a)	494.248	690.383
Custo orçado a apropriar (b)	(382.078)	(503.887)
Resultado bruto a apropriar	112.170	186.496
(-) Projeção de impostos e AVP	(12.862)	(21.570)
Resultado líquido a apropriar	99.308	164.926
(iv) Custos orçados a apropriar de unidades em estoque		
Custo orçado das unidades	(741.645)	(759.650)
Custo incorrido das unidades	395.867	403.108
Custo orçado a apropriar	(345.778)	(356.542)

Os valores dos resultados a apropriar têm a seguinte composição por vencimento, do valor contratual de unidades vendidas:

Ano	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
2017	54.706	93.707
2018 em diante	44.602	71.219
Total	99.308	164.926

O resultado das operações imobiliárias realizadas é apropriado com base na prática contábil apresentadas na Nota Explicativa nº 2.10, das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Assim sendo, o saldo de contas a receber das unidades comercializadas ainda não concluídas está refletido parcialmente nas Informações Trimestrais em 31 de março de 2017, uma vez que o seu registro contábil reflete a receita reconhecida, líquida das parcelas já recebidas.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
 Informações Trimestrais em
 31 de Março de 2017

O montante classificado na rubrica “Adiantamento de clientes”, no passivo circulante e não circulante é assim apresentado:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Permuta física - lançados	-	-	111.929	105.959
Permuta física - a lançar	-	-	48.930	43.430
Recebimento de clientes	34	34	74.887	111.907
Total	34	34	235.746	261.296
Parcela circulante	34	34	145.192	188.928
Parcela não circulante	-	-	90.554	72.368
Total	34	34	235.746	261.296

16 Provisões**a. Provisão para contingências**

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais perante tribunais e órgãos governamentais de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, decorrentes do curso normal de seus negócios. A provisão para contingências da Companhia é majoritariamente formada por essas controladas.

A citada provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e estão registradas na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas”.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir perdas prováveis com processos judiciais e diferenças na apuração de impostos, conforme apresentado a seguir:

Natureza – Perda Provável	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Trabalhistas	26.801	25.967	94.411	98.867
Tributárias	346	26.520	5.677	27.010
Cíveis	22.155	22.736	960.837	931.303
Total	49.302	75.223	1.060.925	1.057.180
Parcela circulante	15.705	32.736	338.256	336.757
Parcela não circulante	33.597	42.487	722.669	720.423
Total	49.302	75.223	1.060.925	1.057.180

A seguir, a abertura da movimentação das provisões para contingências da Companhia e suas controladas:

	Controladora			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2015	374	42	8.782	9.198
Adições	36.978	27.231	94.593	158.802
Reversões	(11.385)	(753)	(80.639)	(92.777)
Saldo em 31/12/2016	25.967	26.520	22.736	75.223
Adições	1.646	-	2.021	3.667
Reversões	(812)	(26.174)	(2.602)	(29.588)
Saldo em 31/03/2017	26.801	346	22.155	49.302

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2015	87.026	16.502	366.834	470.362
Adições	78.859	30.092	974.191	1.083.142
Reversões	(67.018)	(19.584)	(409.722)	(496.324)
Saldo em 31/12/2016	98.867	27.010	931.303	1.057.180
Adições	1.761	4.842	89.909	96.512
Reversões	(6.217)	(26.175)	(60.375)	(92.767)
Saldo em 31/03/2017	94.411	5.677	960.837	1.060.925

As causas com chance de perdas consideradas “possíveis” pelos assessores jurídicos da Companhia são compostas por:

Natureza – Perda Possível	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Trabalhistas	72.739	64.007	244.076	179.558
Tributárias	178.553	12.777	283.500	104.257
Cíveis	16.898	4.300	200.914	235.014
Total	268.190	81.084	728.490	518.829

As causas cíveis compreendem majoritariamente discussões relacionadas aos consumidores, envolvendo principalmente multas no atraso em entrega dos empreendimentos imobiliários, rescisões contratuais, questionamentos sobre índices de correção, bem como consertos de vícios de construção.

As causas de natureza trabalhista compreendem majoritariamente reclamações trabalhistas de ex-funcionários de empresas terceirizadas e, num percentual menor, reclamações trabalhistas de ex-funcionários da Companhia. Estas demandas requerem, sobretudo, verbas trabalhistas de horas extras, insalubridade, periculosidade, etc. e recolhimento dos encargos sociais.

As causas tributárias contemplam defesa da Companhia ao auto de infração, no montante de R\$ 158.752, referente à IOF supostamente incidentes sobre recursos movimentados entre a Companhia e suas investidas, a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, no ano de 2012.

A Companhia em janeiro de 2017 tomou ciência de auto de infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil, no qual consta a cobrança de R\$ 3.629.203, referente a tributos (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS e COFINS, além de juros e multa) supostamente incidentes sobre recursos creditados nas contas correntes bancárias da Companhia no ano calendário de 2012. A Companhia e seus assessores jurídicos entendem que os recursos creditados questionados pela autoridade fiscal – que incluíam, dentre outros, recursos captados pela Companhia em aumento de capital e emissão de outros valores mobiliários – não eram sujeitos à incidência de referidos tributos. A PDG salienta que, na opinião dos advogados da Companhia, o risco de perda decorrente do referido procedimento fiscal é considerado como remoto.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
 Informações Trimestrais em
 31 de Março de 2017

b. Provisão para garantias

Adicionalmente, ao já exposto pela Companhia, segue o montante de provisão para garantia, a qual foi registrada, de acordo com a prática contábil apresentada na Nota Explicativa nº. 2.8.a, das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016:

Provisão para Garantia ¹	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Parcela circulante	100	98	51.222	51.828
Parcela não circulante	526	447	48.716	50.890
Total provisão	626	545	99.938	102.718

(1) Estão registradas na rubrica outras provisões no passivo da Companhia e suas controladas

17 Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social da Companhia está representado em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, por 49.192.557 (quarenta e nove milhões, cento e noventa e duas mil, quinhentos e cinquenta e sete) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, no valor total de R\$ 4.970.080.

A composição do capital social da Companhia, entre 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2015, é apresentada, da seguinte forma:

	Quantidade de ações ON	Capital Social		
		Subscrito	Despesas de captação	Total
Saldo em 31/12/2015	49.192.557	4.970.080	(52.237)	4.917.843
Saldo em 31/12/2016	49.192.557	4.970.080	(52.237)	4.917.843
Saldo em 31/03/2017	49.192.557	4.970.080	(52.237)	4.917.843

Em 31 de março de 2017 a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração ("CA"), em emissões que somem, excluídos os aumentos deliberados em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), até o limite de 30.700.000 (trinta milhões e setecentos mil) de ações ordinárias. O referido limite considera todos os aumentos de capital realizados dentro do capital autorizado da Companhia, desde a constituição da Companhia, incluindo todos os aumentos de capital deliberados pelo CA. A deliberação do CA que aprovar tais emissões de ações fixará as condições da emissão, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, o preço, a forma e as condições de integralização.

Até 31 de março de 2017, o total de ações emitidas pelo CA era de 13.421.622 (treze milhões, quatrocentos e vinte e um mil, seiscentos e vinte e duas) ações ordinárias.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

b. Prejuízo por ação

A seguir estão reconciliados os prejuízos e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído da controladora e do consolidado.

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Prejuízo por ação básico		
Prejuízo do período disponível para as ações ordinárias	(275.720)	(410.477)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	49.192	49.192
Prejuízo por ação (em R\$) – básico	<u>(5,60498)</u>	<u>(8,34439)</u>
Prejuízo por ação com as ações de 2015 grupadas para fins de comparabilidade	<u>(5,60498)</u>	<u>(8,34439)</u>
Prejuízo por ação diluído		
Prejuízo do período disponível para as ações ordinárias	(275.720)	(410.477)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	49.192	49.192
Prejuízo por ação (em R\$) – diluído	<u>(5,60498)</u>	<u>(8,34439)</u>
Prejuízo por ação com as ações de 2015 grupadas para fins de comparabilidade	<u>(5,60498)</u>	<u>(8,34439)</u>

O potencial incremento de ações ordinárias em virtude do aumento de capital por conversão de debêntures ou stock options não foi considerado face existência de prejuízo no exercício.

18 Instrumentos financeiros**a. Análise dos instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis.

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Companhia e suas controladas são aqueles registrados nas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Empréstimos e financiamentos”, “Cédulas de Crédito Bancário” e “Debêntures a pagar”, usados para financiar os empreendimentos em construção, e para capital de giro, todas em condições normais de mercado. Esses instrumentos estão todos reconhecidos pelos critérios descritos na Nota Explicativa nº 2.4, das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com alta remuneração em títulos de curto prazo. Em relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e realização contínua de análises de crédito.

Em 31 de março de 2017, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Notas Explicativas**PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial**
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

A categoria dos instrumentos financeiros é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado		Classificação
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	9.303	5.931	173.303	200.973	Valor justo por resultado
Aplicações financeiras	-	-	43.760	-	Valor justo por resultado
Contas a receber	29.059	24.761	1.716.868	2.022.665	Recebíveis e empréstimos
Mútuos a receber	2.855	2.723	25.061	24.564	Recebíveis e empréstimos
Conta corrente com parceiros nos empreendimentos	-	12.530	77.216	60.165	Recebíveis e empréstimos
Total dos ativos financeiros	41.217	45.945	2.036.208	2.308.367	
Passivos financeiros					
Fornecedores	24.278	22.952	294.726	251.319	Passivos financeiros
Contas a pagar por aquisição de imóveis	5.391	4.517	128.409	120.526	Passivos financeiros
Debêntures a pagar	1.682.861	1.580.966	1.682.861	1.580.966	Passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	437.568	430.799	1.288.769	1.401.162	Passivos financeiros
Obrigação por emissão de CCB/CCI	2.063.953	2.041.970	2.314.405	2.312.584	Passivos financeiros
Coobrigação na cessão de recebíveis	-	-	21.927	24.411	Passivos financeiros
Mútuos a pagar	-	-	4.845	-	Passivos financeiros
Conta corrente com parceiros nos empreendimentos	137.901	116.549	149.004	137.413	Passivos financeiros
Outras obrigações	1.451.784	1.374.679	403.230	417.753	Passivos financeiros
Total dos passivos financeiros	5.803.736	5.572.432	6.288.176	6.246.134	

i. Valor justo dos ativos e passivos

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, representados substancialmente por aplicações financeiras e financiamentos, estão apresentados nas Informações Trimestrais de 31 de março de 2017 e 2016 por valores que se aproximam ao valor de mercado, considerando operações similares.

b. Considerações sobre riscos em instrumentos financeiros**Risco de taxas de juros**

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, sendo, substancialmente: às variações da taxa CDI que remunera suas Aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário e com Compromissos de Recompra Lastreadas em Debêntures contratadas em Reais (R\$); e aos juros sobre os Mútuos a receber contratados a IGPM + 12% a 18% a.a. e CDI + 2% a 3% a.a. A Companhia também está exposta a juros sobre empréstimos bancários contratados entre CDI + 1,35% a.a. e 5,83% a.a. e TR + 11,02% a.a., empréstimos contratados com o Sistema Nacional de Habitação (SNH) entre TR + 8,3% a.a. e 12% a.a. e juros sobre as Debêntures emitidas a CDI + 0,9% a.a. e TR + 8,75% a.a.

Análise de sensibilidade

Conforme requerido pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas devem apresentar uma análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a mesma esteja exposta na data de encerramento de cada exercício.

A maior parte dos custos e toda a carteira de recebimentos de projetos não finalizados da Companhia são atualizadas pelo índice INCC.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de março de 2017, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores do CDI vigentes em 31 de março de 2017 e este definido como cenário provável; a partir deste,

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

foram calculados cenários com deterioração de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2017, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Risco CDI sobre saldo em 31/03/2017	Cenário Provável		
		I	II	III
Fundos de investimentos - renda fixa	939	14%	10%	7%
Receita projetada		1.362	1.021	681
Certificado de depósito bancário	36.736	14%	10%	7%
Receita projetada		8.563	6.422	4.281
Operações compromissadas e de liquidez imediata	95.146	14%	10%	7%
Receita projetada		10.722	8.042	5.361
Receita projetada total		20.647	15.485	10.323

Considerando a situação atual e eminente alteração das condições e valores das dívidas do Grupo (PDG), devido o pedido e Plano de recuperação judicial, em fase de elaboração e aprovação por parte dos credores, a Companhia não elaborou o estudo de sensibilidade sobre os indexadores atuais das dívidas ao qual a Companhia está exposta, na data-base de 31 de março de 2017.

Gestão de capital

A gestão de capital é realizada para a manutenção de recursos em caixa compatíveis com as necessidades de desembolso para cobrir as obrigações, em consonância com o plano de negócios da Companhia.

Notas Explicativas**PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial**
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

A Companhia administra o capital por meio de quocientes de alavancagem, que é a dívida líquida, menos dívidas para o apoio à produção, dividida pelo patrimônio consolidado. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e os financiamentos, exceto aqueles destinados ao financiamento/apoio à produção, concedidos nas condições do SFH, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A tabela abaixo demonstra o total do patrimônio consolidado da Companhia, assim como as dívidas contratadas no período findo em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016, exemplificando sua estrutura de capital próprio e obtida junto a terceiros:

	31/03/2017	31/12/2016
Dívida bruta		
. Dívida Sistema Financeiro da Habitação - SFH	850.358	970.394
. Outras dívidas corporativas	438.411	430.768
Total de empréstimos e financiamentos	1.288.769	1.401.162
Debêntures a pagar	1.682.861	1.580.966
Cédulas de crédito bancário (CCBs) e coobrigações	2.336.332	2.336.995
Total da dívida bruta	5.307.962	5.319.123
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(217.063)	(200.973)
Dívida líquida	5.090.899	5.118.150
(-) Dívida de SFH	(850.358)	(970.394)
(-) Dívida de CCB - Apoio à produção *	(599.323)	(586.770)
(-) Dívida de Debêntures a pagar - Apoio à produção *	(140.864)	(140.864)
Dívida líquida menos dívida com apoio à produção	3.500.354	3.420.122
Total do patrimônio líquido (PL) consolidado	(3.669.601)	(3.414.502)
Dívida (sem SFH e Apoio à produção) / PL	-95,4%	-100,2%

*Possuem as mesmas condições de contratação do SFH:

- a) Tenham origem de linhas de crédito criadas junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e/ou Poupança
- b) Sejam destinados para o financiamento imobiliário (desenvolvimento de imóveis residenciais ou comerciais);
- c) Estejam remunerados pela variação da TR mais taxa de juros máxima de 12%a.a.

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando planejamento de fluxo de caixa e revisando mensalmente suas projeções de acordo com os fluxos realizados buscando sempre aumentar a assertividade e revalidação dos fluxos. Damos prioridade a utilização dos recursos advindos do financiamento a produção no âmbito do SBPE e do SFH que permitem um melhor casamento entre os prazos de ativos e passivos onde os recursos originados da transferência do repasse da carteira para os bancos é utilizado pelos mesmos na amortização dessa dívida.

Adicionalmente temos dívidas corporativas emitidas na forma de Debêntures, CCBs e CRI's, primordialmente detidas pelos maiores bancos do país, com participação irrelevante de canais de distribuição em mercados de capitais. O foco da Companhia em novas captações com prazos e custos mais atrativos e em rolagens antecipadas de operações a vencer de forma a adequar o fluxo de caixa das suas atividades financeiras da companhia no curto prazo. O relacionamento de longa data, seu tamanho, e participação no segmento de incorporação imobiliária no país tem resultado em grande sucesso nessa atividade.

Risco cambial

Em 31 de março de 2017, a Companhia não possuía dívidas ou valores a receber denominados em moeda estrangeira. Adicionalmente, nenhum dos custos relevantes da Companhia é denominado em moeda estrangeira.

Risco de crédito

É o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que pode levar a um prejuízo financeiro.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em Bancos, Aplicações financeiras substancialmente em títulos públicos e Contas a receber de clientes.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Para mitigar tais riscos, o Grupo (PDG) adota uma administração conservadora ao realizar aplicações com liquidez diária e taxas pós-fixadas, em bancos de primeira linha, considerando-se as notações das principais agências de risco e respeitando limites prudenciais de concentração.

O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes e existe a garantia real dos imóveis correspondentes.

19 Gerenciamento de risco de negócio

a. Implementação do sistema de controle de risco

Para conseguir administrar de forma eficiente o sistema de controle de risco, a Companhia exerce o controle operacional de todos os empreendimentos do seu portfólio, que possibilita, por exemplo, acelerar as vendas das unidades para reduzir a sua exposição de risco em relação a determinados empreendimentos.

Tal aceleração ocorre geralmente mediante a redução do preço de venda, alterações nos veículos de mídia empregados, etc.

b. Sistema de controle de risco

O sistema de controle de risco abrange a análise individual do risco de cada empreendimento e a análise do risco de portfólio de investimentos. São calculadas as perdas potenciais em um cenário de *stress* para cada empreendimento individual e para o portfólio como um todo, bem como a exposição máxima de caixa exigida pelo portfólio.

c. Controle do risco de perdas

O risco de um novo empreendimento da Companhia é calculado considerando-se o quanto se pode perder caso, em condições-limite, decida liquidar este investimento. Para tanto, é estabelecido um preço de liquidação, o qual é possível de ser estimado somente em mercados cuja formação de preço é consistente, sendo tal consistência definida como a sensibilidade da demanda a variações de preço. A perda máxima esperada em cada projeto é calculada, e é destacada uma parcela de capital próprio para suportar este risco.

O risco total da Companhia é representado pelo somatório dos riscos individuais de cada projeto. Após o lançamento, o risco do empreendimento é reduzido na proporção da venda das unidades. A Companhia busca o máximo de eficiência para o seu capital, e acredita que tal eficiência é alcançada quando o somatório dos riscos dos projetos individuais é próximo ao total do seu capital disponível.

d. Controle da exposição máxima de caixa

O sistema de controle de risco monitora a necessidade futura de caixa para executar os empreendimentos programados no portfólio da Companhia, baseando-se em estudo de viabilidade econômica de cada empreendimento, bem como na necessidade de fluxos de caixa individuais em relação ao fluxo de caixa projetado do portfólio como um todo. A projeção de fluxo de caixa auxilia na definição de estratégia de financiamento e na tomada de decisões em relação a quais empreendimentos serão incluídos em seu portfólio.

e. Atuação em mercado com liquidez

Por meio do conhecimento de mercado e com a ajuda de seus parceiros, a Companhia consegue determinar

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

a necessidade de novos empreendimentos em diferentes regiões, bem como a faixa de renda dos potenciais compradores a serem atendidos. Concentra os projetos de acordo com a liquidez de cada localidade geográfica, ou seja, o potencial que cada região apresenta em absorver determinada quantidade de imóveis e de responder às variações de preço.

A Companhia não pretende atuar em mercados em que não existam dados disponíveis nem onde não existam parceiros que detenham conhecimentos específicos sobre esses mercados. Deste modo, acredita reduzir o risco de seus investimentos, por atuar em regiões líquidas, com dados de mercado conhecidos e por se associar a parceiros locais.

f. Riscos operacionais

O gerenciamento de riscos operacionais visa ao acompanhamento: (i) do contrato de construção, em relação ao custo máximo de obra garantido; (ii) de obras, em que a Companhia contrata empresas especializadas para fiscalizar os serviços prestados pelas construtoras contratadas (qualidade e o cronograma físico-financeiro da obra); (iii) das auditorias financeira e contábil, realizadas pelas principais empresas independentes de auditoria; (iv) de documentação e riscos jurídicos; e (v) do risco de crédito dos adquirentes de unidades mediante a gestão ativa dos recebíveis dos empreendimentos.

20 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor, e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que possui um programa de gerenciamento adequado com seus objetivos de delimitação de riscos e busca constantemente, no mercado, coberturas compatíveis com o seu porte e operações.

A cobertura dos seguros, em valores de 31 de março de 2017, está demonstrada a seguir:

Itens	Tipo de cobertura	Importância Segurada
Seguro de construção (Risco de Engenharia e de Responsabilidade Civil)	Danos materiais e corporais causados involuntariamente a terceiros decorrentes da execução da obra, instalações e montagens no local objeto do seguro; cobertura de danos indiretos causados por possíveis erros de projeto; e despesas extraordinárias como desentulho, tumultos, greves etc.	1.233.751
Seguro garantia de entrega do imóvel	Garante a entrega da obra aos promitentes compradores	146
Empresarial	Danos materiais causados por danos elétricos, incêndio, vendaval, tumulto e assegura a perda do aluguel	17.246
D&O	Responsabilidade civil dos Administradores	100.000
		1.351.143

21 Pagamento baseado em ações**a. Plano de incentivo de longo prazo**

Em Assembleia Geral Extraordinária aprovamos o Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, na Modalidade de Opção de Compra de Ações, tendo como objetivos:

- i. estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia;

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

- ii. alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das pessoas elegíveis; e
- iii. possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob seu controle atrair e manter a ela(s) vinculados as pessoas elegíveis.

Os beneficiários elegíveis da modalidade de opção de compra de ações são os administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob o seu controle, desde que aprovado pelo Conselho de Administração ("CA") da Companhia.

O CA da Companhia, quando julgar conveniente, aprovará a outorga de opções, elegendo os beneficiários em favor dos quais serão outorgadas opções nos termos do plano, fixando o preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais opções.

Essas opções poderão ser exercidas na medida em que os respectivos beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle, pelo período compreendido entre a data de outorga e seu aniversário.

As Opções não exercidas nos prazos e condições estipulados serão consideradas automaticamente extintas, sem direito a indenização, observado o prazo máximo de vigência das opções, que será de 6 (seis) anos a partir da data de outorga.

O total de ações que poderão ser adquiridas no âmbito do plano não excederá 8% (oito por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia (incluindo as ações emitidas em decorrência do exercício de opções com base neste plano), contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

O preço de exercício a ser pago pelos titulares por opção, terá dedução a título de dividendos e juros sobre capital próprio por ação paga pela Companhia entre a data de outorga e a data de exercício da opção. O valor justo das opções de compra de ações é apresentado utilizando modelo de precificação de opções Black & Scholes, assumindo o pagamento de dividendos conforme premissas apresentadas no quadro abaixo.

Notas Explicativas**PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial**
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

Segue resumo das principais características das opções de compras de ações da Companhia, correspondente a este plano, em 31 de março de 2017:

Características das emissões:	ILP - Outorgas realizadas		
	1º emissão	2º emissão	3º emissão
Data da outorga	19/12/2013	19/12/2014	04/11/2015
Prazo final de exercício	19/12/2018	19/12/2019	04/11/2018
Opções de outorgas emitidas ¹	1.874.639	484.130	2.589.082
Opções canceladas até 31/03/2017:	(1.790.917)	(386.576)	(863.027)
Preço de exercício ²	91,00	53,00	2,48
Dividendos	7,4%	6,5%	0,0%
Volatilidade	29,9%	25,1%	24,2%
Taxa de juros livre de risco	11,6%	12,7%	13,8%
Maturidade (anos)	5	5	3
% de exercício das opções:			
. No 1º aniversário da outorga	-	-	33%
. No 2º aniversário da outorga	20%	20%	33%
. No 3º aniversário da outorga	20%	20%	33%
. No 4º aniversário da outorga	30%	30%	-
. No 5º aniversário da outorga	30%	30%	-
¹ Opções de outorgas emitidas:	1º emissão	2º emissão	3º emissão
antes do grupamento de 08/10/2015:	93.731.953	24.206.480	-
saldo grupado 50 ações para 1:	1.874.639	484.130	2.589.082
antes do grupamento de 08/10/2015:	1,82	1,06	-
² Equivalente no grupamento 50x1	91,00	53,00	2,48

Segue a movimentação das opções de compras de ações da Companhia e percentual de diluição, dos atuais beneficiários, em caso de exercício integral das opções outorgadas:

	ILP - Saldo das outorgas emitidas				Total ações em circulação	% Diluição aputado ¹
	1º emissão	2º emissão	3º emissão	Totais		
Saldo a exercer em 31/12/2014	21.294.444	15.251.902	-	36.546.346	2.459.627.859	1,49 %
Saldo após Grupamento de ações 50/1	425.889	305.038	-	730.927	49.192.557	
Opções de ações emitidas	-	-	2.589.082	2.589.082		
Saldo a exercer em 31/12/2015	425.889	305.038	2.589.082	3.320.009	49.192.557	6,75 %
Canceladas	(83.722)	(62.609)	-	(146.331)		
Saldo a exercer em 31/12/2016	342.167	242.429	2.589.082	3.173.678	49.192.557	6,45 %
Canceladas	(258.445)	(144.875)	(863.027)	(1.266.347)		
Saldo a exercer em 31/03/2017	83.722	97.554	1.726.055	1.907.331	49.192.557	3,88 %

¹ Número de outorgas de ações a exercer + ações em circulação sobre total de ações em circulação

Até a liquidação do plano em 2019, o valor total da despesa com opções de compra de ações, considerando os cancelamentos ocorridos por saída dos colaboradores, será de R\$ 14.452 (31 de dezembro de 2016: R\$ 16.075), calculado pelo método "Black & Scholes", levando em consideração o período de exercício, volatilidade baseada no histórico das ações da Companhia, taxa livre de risco e taxa de dividendos propostos.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

Conforme determinado pelo CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações, aprovado pela Deliberação CVM n 564/08, o prêmio dessas opções foi calculado na data da outorga das mesmas e está sendo reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o período de carência e à medida que os serviços são prestados.

Durante o período findo em 31 de março de 2017 foi apropriado e acumulado despesa, no resultado da Companhia, no montante de R\$ 12 (31 de março de 2016: R\$ 375).

Os saldos reconhecidos no resultado da Companhia são assim demonstrados:

ILP - Total das despesas com emissões de outorga de ações				
Ano	Vr. bruto	Apropriado	A apropriar	Residual
Ref. 1ª emissão:				
2013	38.772	(385)	-	38.387
2014	-	(11.172)	-	27.215
2015	(27.215) ¹	-	-	-
	11.557	(11.557)	-	
Ref. 2ª emissão:				
2014	4.352	(44)	-	4.308
2015	(853) ¹	(1.283)	-	2.172
2016	(718) ¹	(500)	-	954
2017	(954) ¹	-	-	-
	1.827	(1.827)	-	
Ref. 3ª emissão:				
2015	1.737	(148)	-	1.589
2016	-	(861)	-	728
2017	(579) ¹	(12)	(36)	101
2018	-	-	(101)	-
	1.158	(1.021)	(137)	
Saldo em 31/03/2017	14.542	(14.405)	(137)	-
Saldo em 31/12/2016	16.075	(14.393)	-	1.682
Saldo em 31/12/2015	16.793	(13.032)	-	3.761

¹ Valor apurado no cancelamento das opções outorgadas por saída de colaboradores

22 Informações por segmento

A Companhia revisa a forma de avaliação de seus negócios e entende que suas unidades de negócio não significam segmentos diferentes, mas sim subdivisões do segmento imobiliário. Não apresentando desta forma informações por segmento.

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

23 Receita operacional líquida

Segue a abertura da receita operacional líquida da Companhia nos exercícios findos em 31 de março de 2017 e 31 de março de 2016.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Vendas imobiliárias	849	4.108	170.526	484.141
(-) Distratos incorridos	-	(4.762)	(43.112)	(344.342)
Receita de vendas imobiliárias	849	(654)	127.414	139.799
Outras receitas operacionais	-	2.311	2.312	29.902
Receita bruta	849	1.657	129.726	169.701
(-) Deduções da receita	(640)	(1.163)	(11.710)	(29.915)
Receita operacional líquida	209	494	118.016	139.786

24 Custos das unidades vendidas

Segue a abertura dos custos dos imóveis vendidos da Companhia nos exercícios findos em 31 de março de 2017 e 31 de março de 2016.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Custos das unidades vendidas	(3.002)	(2.847)	(152.954)	(353.847)
(-) Distratos incorridos	-	2.282	40.993	219.449
Custo de vendas imobiliárias	(3.002)	(565)	(111.961)	(134.398)
Encargos capitalizados	(1.038)	(309)	(3.995)	(21.386)
Custo dos imóveis vendidos	(4.040)	(874)	(115.956)	(155.784)

25 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	335	911	6.753	10.986
Variação monetária, juros e multas	335	2.735	(8.829)	26.744
Outras receitas financeiras	210	125	381	3.652
	880	3.771	(1.695)	41.382
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos	(125.448)	(170.188)	(158.068)	(232.184)
Despesas bancárias	(5)	(11)	(359)	(1.004)
Outras despesas financeiras	(1.201)	(2.434)	(23.984)	(11.419)
Total de despesas financeiras	(126.654)	(172.633)	(182.411)	(244.607)
Juros capitalizados (Nota 6)	581	293	8.969	12.749
	(126.073)	(172.340)	(173.442)	(231.858)
Total do resultado financeiro	(125.193)	(168.569)	(175.137)	(190.476)

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

26 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Salários e encargos	(1.174)	(832)	(17.585)	(22.415)
Honorários da administração	(2.408)	(7.924)	(2.408)	(7.969)
Stock options	(12)	(375)	(12)	(375)
Participação nos resultados	-	-	-	(5.005)
Salários e encargos	(3.594)	(9.131)	(20.005)	(35.764)
Honorários advocatícios e despesas judiciais	-	(1.045)	(51)	(4.410)
Manutenção de informática	(2.720)	(2.258)	(5.383)	(2.787)
Consultoria	(15.186)	(205)	(15.582)	(1.832)
Outros serviços	-	(93)	(950)	(1.652)
Prestação de Serviços	(17.906)	(3.601)	(21.966)	(10.681)
Viagens	-	-	(504)	(530)
Telecomunicações e internet	(393)	(561)	(632)	(2.088)
Aluguel e reforma de imóveis	(2)	(68)	(1.552)	(3.394)
Outras despesas	(482)	(777)	(1.419)	(2.327)
Outras despesas administrativas	(877)	(1.406)	(4.107)	(8.339)
Total	(22.377)	(14.138)	(46.078)	(54.784)

27 Despesas de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Propaganda, publicidade e demais	(9)	(443)	(4.708)	(15.505)
Comissões e premiações sobre vendas	(65)	(236)	(2.503)	(6.920)
Estande de vendas	-	(11)	(707)	(2.046)
Total	(74)	(690)	(7.918)	(24.471)

Notas Explicativas

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em recuperação judicial
Informações Trimestrais em
31 de Março de 2017

28 Outras despesas e receitas operacionais e ganhos e perdas de capital em participações societárias

Outras despesas/ receitas operacionais ¹	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Contas a receber de clientes				
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)	848	5	(25.710)	(2.113)
Provisão para contingências jurídicas				
. Adições e reversões	25.921	1.821	(3.745)	(37.995)
Estoque de imóveis a comercializar				
- Impairment e demais	-	-	(5.608)	(15.542)
Investimentos, cessão de incorporação e contas correntes	-	1.929	30.666	(8.731)
Demais contas patrimoniais	(16.442)	(10.452)	(26.608)	(21.626)
Total outras despesas/ receitas operacionais	10.327	(6.697)	(31.005)	(86.007)
¹ Contas na demonstração de resultado:				
. Outras receitas operacionais	-	802	-	13.126
. Perdas em participações societárias	-	(3.846)	(5.428)	(14.814)
. Outras	10.327	(3.653)	(25.577)	(84.319)
	10.327	(6.697)	(31.005)	(86.007)

29 Auditores independentes

O Grupo PDG nos termos do artigo 31 da Instrução CVM 308/1999, que determina a rotatividade dos auditores independentes a cada período de cinco anos consecutivos, celebrou contrato de prestação de serviços de auditoria independente com a Ernst & Young Auditores Independentes ("EY"), para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados à auditoria das suas Demonstrações Financeiras anuais e revisões das suas Informações Trimestrais a partir do exercício de 2017. Não há outros serviços prestados em 2017 pela ("EY") para Companhia.

30 Outras informações

A Companhia possui no seu estatuto social, no capítulo VIII e artigo 39, a definição quanto a conflitos comerciais, conforme segue:

Solução de controvérsias via arbitragem: a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei 6.404/76, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.



FORMULÁRIO CONSOLIDADO

Negociação de Administradores e Pessoas Ligadas – Art. 11 – Instrução CVM nº 358/2002

Em 03/2017 não foram realizadas operações com valores mobiliários e derivativos, de acordo com o artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002, sendo que o Conselho de Administração possui seguintes posições dos valores mobiliários e derivativos.

Denominação da Companhia: PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial							
Grupo e Pessoas Ligadas	(X) Conselho de Administração	() Diretoria		() Conselho Fiscal		() Órgãos Técnicos ou Consultivos	
Saldo Inicial							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação				
			Mesma Espécie/Classe e	Total			
Ações *	Ordinárias	0		0,00%			0,00%
PDGR11*	Bônus de Subscrição	0		0,00%			0,00%
Movimentações no Mês – discriminar cada operação de compra ou venda ocorrida no mês (dia, quantidade, preço e volume)							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos	Intermediário	Operação	Dia	Quantidade	Preço (R\$)	Volume (R\$)
Ações	Ordinárias						
				TOTAL	0		0,00
PDGR11	Bônus de Subscrição						
				TOTAL	0		0,00
Saldo Final							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos (2)	Quantidade	% de participação				
			Mesma Espécie/Classe e	Total			
Ações*	Ordinárias	0		0,00%			0,00%
PDGR11*	Bônus de Subscrição	0		0,00%			0,00%

* Valores incluem participação Direta e Indireta na PDG.

Não houve compra ou venda valores mobiliários ou derivativos por Conselheiros de Administração da Companhia.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Negociação de Administradores e Pessoas Ligadas – Art. 11 – Instrução CVM nº 358/2002

Em 03/2017 não foram realizadas operações com valores mobiliários e derivativos, de acordo com o artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002, sendo que o Conselho de Administração possui seguintes posições dos valores mobiliários e derivativos.

Denominação da Companhia: PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial							
Grupo e Pessoas Ligadas	() Conselho de Administração	(X) Diretoria	() Conselho Fiscal			() Órgãos Técnicos ou Consultivos	
Saldo Inicial							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação				
			Mesma Espécie/Classe	Total			
Ações*	Ordinárias	10		0,00%			0,00%
PDGR11*	Bônus de Subscrição	0		0,00%			0,00%
Movimentações no Mês – discriminar cada operação de compra ou venda ocorrida no mês (dia, quantidade, preço e volume)							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos	Intermediário	Operação	Dia	Quantidade	Preço (R\$)	Volume (R\$)
Ações	Ordinárias						
				TOTAL	0		0,00
PDGR11	Bônus de Subscrição						
				TOTAL	0		0,00
Saldo Final							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos (2)	Quantidade	% de participação				
			Mesma Espécie/Classe	Total			
Ações*	Ordinárias	10		0,00%			0,00%
PDGR11*	Bônus de Subscrição	0		0,00%			0,00%

* Valores incluem participação Direta e Indireta na PDG.

Não houve compra ou venda valores mobiliários ou derivativos por Diretores da Companhia.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Negociação de Administradores e Pessoas Ligadas – Art. 11 – Instrução CVM nº 358/2002

Em 03/2017 não foram realizadas operações com valores mobiliários e derivativos, de acordo com o artigo 11 da Instrução CVM nº 358/2002, sendo que o Conselho de Administração possui seguintes posições dos valores mobiliários e derivativos.

Denominação da Companhia: PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial							
Grupo e Pessoas Ligadas	() Conselho de Administração	() Diretoria		(X) Conselho Fiscal		() Órgãos Técnicos ou Consultivos	
Saldo Inicial							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos		Quantidade		% de participação		
					Mesma Espécie/Classe	Total	
Ações*	Ordinárias		0		0,00%	0,00%	
PDGR11*	Bônus de Subscrição		0		0,00%	0,00%	
Movimentações no Mês – discriminar cada operação de compra ou venda ocorrida no mês (dia, quantidade, preço e volume)							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos	Intermediário	Operação	Dia	Quantidade	Preço (R\$)	Volume (R\$)
Ações	Ordinárias						
				TOTAL	0		0,00
PDGR11	Bônus de Subscrição						
				TOTAL	0		0,00
Saldo Final							
Valor Mobiliário/Derivativo	Características dos Títulos (2)		Quantidade		% de participação		
					Mesma Espécie/Classe	Total	
Ações*	Ordinárias		0		0,00%	0,00%	
PDGR11*	Bônus de Subscrição		0		0,00%	0,00%	

* Valores incluem participação Direta e Indireta na PDG.

Não houve compra ou venda valores mobiliários ou derivativos por Conselheiros Fiscais da Companhia.

Acionista	Nº Ações	
Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda	22,38444%	11.011.480
Vinci Capital Gestora de Recursos Ltda	11,66260%	5.737.130
Diretoria	0,00002%	10
Outros	65,95294%	32.443.937
Total de ações emitidas	100 %	49.192.557

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais – ITR, emitido com Abstenção de conclusão

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações – em recuperação judicial

São Paulo - SP

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações – em recuperação judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem, o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas também de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, que considera a Orientação OCPC 04 sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária no Brasil, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão. Em decorrência do assunto descrito na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível obter evidência apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão.

Alcance da revisão

Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. Em função do assunto descrito na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível conduzir nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Desta forma, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Base para abstenção de conclusão

1. Conforme descrito nas Notas Explicativas 1.b e 1.c, em 22 de fevereiro de 2017, a Companhia e determinadas controladas ajuizaram no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o pedido de recuperação judicial. Nos termos da Lei 11.101/2005, a Companhia e suas controladas devem apresentar o plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias úteis, improrrogável, da data de publicação da decisão, divulgada em 02 de março de 2017, incluindo a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados e demonstrando suas viabilidades econômicas e a avaliação dos seus bens e ativos. Em 27 de março de 2017, através de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram o pedido de recuperação judicial da Companhia e sociedades integrantes do seu grupo econômico. Considerando sua situação patrimonial e financeira atual, e que a Companhia e suas controladas estão em fase de elaboração do plano de recuperação judicial, a continuidade operacional dependerá da aprovação do referido plano em assembleia geral de credores e conseqüentemente da sua concretização.

2. Cabe mencionar, que no trimestre findo em 31 de março de 2017, a Companhia e suas controladas, incorreram em prejuízo do período, individual e consolidado, de R\$275.720 mil e R\$271.769 mil, respectivamente, além de apresentarem capital circulante líquido negativo individual e consolidado de R\$4.153.885 mil e R\$3.961.813 mil, respectivamente, e patrimônio líquido negativo individual e consolidado de R\$3.647.909 mil e R\$3.669.601 mil, respectivamente. Essa situação indica a existência de incerteza relevante que levanta dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controladas e dúvida quanto a base para preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. Em 31 de março de 2017, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

3. Devido ao fato da Companhia depender do êxito na implantação do plano de recuperação judicial, conforme mencionado acima, no parágrafo 1, e este ainda encontrar-se em elaboração, não nos foi possível, concluir se as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia deveriam ser preparadas com base em um pressuposto de continuidade operacional ou se deveriam ser preparadas numa base de liquidação. A base de preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a realização dos ativos, bem como registro de provisões adicionais, ou suficiência das provisões registradas, o lançamento futuro de novos empreendimentos, o pagamento de Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Debentures, Obrigações por emissões de CCB/CCI, Outras obrigações, dentre outros passivos e provisões, dependem da conclusão e êxito do plano de recuperação judicial e são fatores essenciais para definir a continuidade operacional da Companhia.

4. As incertezas significativas e os assuntos comentados nos parágrafos 1) ao 3) acima, não nos

possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Eventos significativos futuros, que não podemos prever seu desfecho, gerarão impacto importante nas operações da Companhia. Esses impactos podem afetar de maneira significativa a forma e os valores que esses ativos serão realizados e esses passivos serão pagos. Também não podemos concluir como os ativos serão realizados e os passivos serão pagos, se por meio das operações da Companhia ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos.

5. Adicionalmente, o prejuízo individual e consolidado apurado no trimestre findo em 31 de março de 2017, está superavaliado em R\$62.949 mil e em R\$69.342 mil, respectivamente, tendo em vista que a Companhia reconheceu, intempestivamente, no resultado do trimestre findo nessa data, os efeitos da regularização de ajustes originados em exercício anterior nas seguintes rubricas do balanço patrimonial: Contas a receber de clientes, Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) e Unidades distratadas, Fornecedores, Obrigações tributárias diferidas, e Empréstimos e financiamentos. O reconhecimento intempestivo desses ajustes foi reconhecido integralmente no resultado do trimestre findo em 31 de março de 2017, regularizando as contas patrimoniais, incluindo o patrimônio líquido da Companhia em relação àquele anteriormente apresentado em 31 de dezembro de 2016. Dessa forma, a ressalva limita-se apenas aos efeitos reconhecidos na demonstração do resultado do período de 3 meses findo em 31 de março de 2017.

Abstenção de conclusão

Devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível obter evidências, apropriadas e suficientes, que nos permitissem concluir se tomamos conhecimento de algum fato que nos levasse a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), e as consolidadas, de acordo com o CPC21 (R1) e o IAS 34, que considera a Orientação OCPC 04 sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária no Brasil, emitida pelo CPC e aprovada pela CVM e CFC, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, assim como pela apresentação de forma condizente com as normas expedidas pela CVM. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa 2, as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1), e as informações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com a IAS 34, consideram, adicionalmente, a Orientação OCPC 04 editada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na Nota Explicativa 2. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Fomos também contratados para revisar as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação das DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, devido à relevância do assunto descrito na seção “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa conclusão sobre estas demonstrações em relação às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Demonstrações financeiras de períodos anteriores examinadas e informações contábeis intermediárias de períodos anteriores revisadas por outro auditor independente

O exame do balanço patrimonial, individual e consolidado, de 31 de dezembro de 2016 e a revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2016, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria com abstenção de opinião devido ao mesmo assunto descrito na seção “Base para abstenção de conclusão” e emitiram relatório de revisão sem modificações, e com ênfases sobre a continuidade operacional da Companhia e sobre o mesmo assunto descrito na seção “Ênfase”, em 29 de março de 2017 e 11 de maio de 2016, respectivamente.

São Paulo, 12 de maio de 2017

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Marcos Alexandre S. Pupo Marcos Kenji de Pimentel Ohata

Contador CRC-1SP221749/O-0 Contador CRC-1SP209240/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o seguinte parecer: “O Conselho Fiscal da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial, no uso das suas atribuições legais, em reunião realizada em 11 de maio de 2017, analisou o Relatório da Administração e as Informações trimestrais referentes ao período findo em 31 de março de 2017, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração de resultados, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração do fluxo de caixa, a demonstração do valor adicionado e as notas explicativas. Com base nas revisões efetuadas e nos esclarecimentos prestados pela Administração, o Conselho Fiscal concluiu que o relatório da administração e as Informações trimestrais citadas, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados e condizentes com as normas legais aplicáveis.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, INCISO VI, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.955, 10º andar, CEP 04548-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.950.811/0001-89 ("Companhia"), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as Informações trimestrais da Companhia para o período findo em 31 de março de 2017.

São Paulo, 12 de maio de 2017.

VLADIMIR KUNDERT RANEVSKY

Diretor Presidente

Diretor Vice-Presidente Financeiro e

Diretor de Relações com Investidores

NATALIA MARIA FERNANDES PIRES

Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25, § 1º, INCISO V, DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Em Recuperação Judicial, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.955, 10º andar, CEP 04548-005, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.950.811/0001-89 ("Companhia"), nos termos do inciso v, do parágrafo 1º, do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia (Ernst & Young Auditores Independentes) referentes às Informações trimestrais da Companhia para o período findo em 31 de março de 2017.

São Paulo, 12 de maio de 2017.

VLADIMIR KUNDERT RANEVSKY

Diretor Presidente

Diretor Vice-Presidente Financeiro

Diretor de Relação com investidores

NATALIA MARIA FERNANDES PIRES

Diretora Jurídica